

*D*ando prosseguimento à série iniciada no número anterior a RDE apresenta uma análise da economia baiana, realizada em 1958 por Clemente Mariani Bittencourt, em palestra proferida para a Escola Superior de Guerra.

Uma das mais expressivas personalidade baianas do século XX, Clemente Mariani (como era conhecido) além de advogado e empresário do setor financeiro (Banco da Bahia) foi deputado federal, ministro da Educação e Saúde Pública do governo de Eurico Gaspar Dutra, ministro da fazenda do governo Jânio Quadros e presidente do Banco do Brasil.

Trata-se de um trabalho clássico que constitui até os dias atuais importante referência para quem se dedica à compreensão do processo de desenvolvimento baiano. Publicado inicialmente em *O Observador* foi reeditado pela CPE no volume 5, nº4 da sua revista *Planejamento* no mês de outubro de 1977.

O texto reproduzido mantém a ortografia e a normalização da edição original.

O Editor

ANÁLISE DO PROBLEMA ECONÔMICO BAIANO

CLEMENTE MARIANI

1. Antiga preeminência econômica da Bahia

A MUDANÇA da Capital do Brasil para o Rio de Janeiro não retirara à Bahia, ainda ao tempo da chegada da família real, a situação de cidade mais importante da América portuguesa. A exploração das minas de ouro, que, juntamente com as lutas no Prata, aconselhara aquele deslocamento, fizera, na verdade, do Rio de Janeiro, no meado do Século XVIII, o maior pôrto exportador do País (quanto ao valor e não ao volume das mercadorias) sobrelevando todos os demais reunidos (ROBERTO SIMONSEN – HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL); mas não só as

minas se exauriam rapidamente, ao ponto de, em 1806, apenas produzirem 731 contos de réis em ouro, como a distância em que delas se encontrava a cidade, mero entreposto do seu embarque para a metrópole, não lhe permitia beneficiar-se com a opulência dos grandes contratistas ou a riqueza fácil dos catadores, cujas manifestações de devoção ou de prosápia por lá mesmo ficavam, nas igrejas e sobrados de Vila Rica, de S. João D’El Rei, de Mariana, de Sabará, de Diamantina, de Congonhas e de tantas outras regiões auríferas das Minas Gerais. “Ao tempo da chegada de Dom João VI era o Rio de Janeiro capital mais no nome

do que de fato”, escreveu OLIVEIRA LIMA (D. JOÃO VINO BRASIL). E, ainda assim, “representava como que um oásis nas grandes zonas sulinas, amarguradas por extrema pobreza. O eixo econômico do Brasil deslocara-se de novo para o Nordeste” (ROBERTO SIMONSEN, OBR. CIT), até que, no século XIX, o café viesse “não só deslocá-lo novamente para as regiões do Sul, como Ihes dar estabilidade e volume de riquezas ainda não conhecidos” (id. id.). E era natural que assim fôsse porque a exploração das minas, embora constituísse o que hoje se chama um boom de grande intensidade, fôra de curta duração e,

tomada no conjunto da produção brasileira durante o período colonial, diminuía muito de importância, não excedendo de 170 milhões de libras¹, contra 369 milhões representados pelos produtos agrícolas, entre eles, em grande destaque, o açúcar, com 300 milhões.

Para essa grande massa de produtos agrícolas exportados contribuía, na proporção de uma terça parte, a Bahia, por cujo pôrto saíram, em 1801, mercadorias no valor de um milhão de libras esterlinas, contra dois milhões de todo o resto da colônia (R. SIMONSEN, OBR. CIT.). A diversidade de culturas, que se ia estabelecendo, concorria para dar maior estabilidade à sua economia, pois embora a Província dominasse o mercado do açúcar, com a produção dos seus 511 engenhos, não descurava do plantio do tabaco, que em 1793 chegou a produzir £ 350 000, transformava a velha lavoura do algodão, que vinha dos índios (CAPISTRANO, DIALOGO DAS GRANDEZAS DO BRASIL; GABRIEL SOARES, TRATADO DESCRITIVO), ensaiando sementes trazidas da Pérsia, das quais saíram fibras “de palmo e meio” (VARNHAGEN – HISTÓRIA GERAL DO BRASIL, TOMO V) e iniciava a plantação do “café de Moka”, com sementes providas da Arábia, obtendo “árvore maior que a da outra espécie, mais frondosa e, conseqüentemente, de maior produção”. (OFICIO DO CONDE DA PONTE AO VISCONDE DE ANADIA, CITADO POR VARNHAGEN, LOC. CIT.). Não seria, pois, de admirar que, enquanto o número de navios entrados no pôrto do Rio de Janeiro, mesmo depois de instituído capital do Reino, não ultrapassasse de 120 por ano (R. SIMONSEN, OB. CIT.), eles fôssem na Bahia acima de 400, contra cerca de 300 saídos, em cada um dos anos de 1806 a 1810 (ACCIOLI, MEMÓRIAS HISTÓRICAS E POLÍTICAS DA BAHIA, TOMO 111).

“A fama do fausto da Bahia, escreve OLIVEIRA LIMA (OB. CIT), transpôs os limites portugueses e dela chega a encontrar-se o eco nos trabalhos filosóficos do abade Raynal, ao mesmo tempo que da indo-

“ Os habitantes abastados, [...] usavam de magníficas mobílias e cobriam-se de jóias, quando outras não fôssem sob a forma de cruzes, medalhas, rosários e bentinhos... ”

lência da população, amolecida pelo bem passar. Os habitantes abastados, conta imaginosamente, mas não mentirosamente, o famoso escritor, usavam de magníficas mobílias e cobriam-se de jóias, quando outras não fôssem sob a forma de cruzes, medalhas, rosários e bentinhos, vestindo mesmo de gala os escravos que os transportavam nos seus palanquins cobertos de veludo e fechados com cortinas de sêda. TOLENARE, testemunha presencial, fala de tudo isso, das damas reclinadas nas suas liteiras, das negras carregadas de ouro com suas camisas de cambraia bordada, suas saias de algodão, de ramagens, seus turbantes na cabeça, de uma vida muito original, muito sensual e muito aprazível, passada numa cidade pitoresca e em lindos arrebaldes. O francês não tem palavras bastantes para enaltecer a beleza do Recôncavo, que apelida de romântico, descrevendo-o com deleite, igual àquele com que o percorria, com suas pequenas angras, seus penhascos e grutas sôbre que esvoaçavam bandos de gaivotas, sua vegetação frondosa recobrando até os flancos dos rochedos, sua navegação muito animada de pescadores nos seus barcos, baleeiras² e canoas de transporte de *viveres* e mercadorias”. Era uma civilização de tipo asiático,

semelhante à que os portugueses haviam encontrado na Índia e na China e procuraram imitar na sua colônia americana.

Foi a essa cidade opulenta, de cerca de 100 mil habitantes, uma das melhores, mais ricas e florescentes do Novo Mundo, na frase do historiador ROBERTO SOUTHEY (História do Brasil), que aportou em 1808, parte da pequena frota portuguesa, com a Rainha e o Príncipe Regente a bordo e em cujos porões se haviam colocado com vagar as jóias e riquezas artísticas e literárias da Coroa, amontoando-se nos tombadilhos os quinze mil cortesãos, embarcados às carreiras, quando chegou a Lisboa a notícia de que as tropas de Junot haviam atravessado a fronteira. “Ei-Rei D. João III, escrevera há mais de duzentos anos GABRIEL SOARES, na sua NOTICIA DO BRASIL, estava tão afeiçoado ao Estado do Brasil, especialmente à Bahia de Todos os Santos, que, se vivera mais alguns anos, edificara nêle um dos mais notáveis reinos do mundo, e engrandecera a cidade do Salvador de feição que se pudera contar entre as mais notáveis de seus reinos”. Era, talvez, essa imagem que se apresentava aos olhos do seu longínquo sucessor e o levaria, no Rio de Janeiro, a “exclamar sem ambages que nelas vinha fundar um novo império” (OLIVEIRA LIMA – OB. CIT.).

Encontrava os elementos para isso. A evolução dual do Brasil, a que se refere OLIVEIRA MARTINS (BRASIL E COLÔNIAS), o Norte, com os grandes centros de Bahia, Pernambuco, e de algum modo o Maranhão, brilhante, opulento, porém colonial, e o Sul, pobre e despovoado mas desenvolvendo-se orgânica e espontaneamente, graças ao estado de semi-independência em que vivia, haviam encontrado o seu equilíbrio com a descoberta das minas e, no

¹ Uma libra-ouro valia em média, durante o período colonial, 82 400, ou cerca de duzentos e cinqüenta vèzes menos que o seu valor atual (junho de 1857) em cruzeiros.

² A pesca da baleia era indústria de grande rendimento na Bahia, onde se arpoavam a esse tempo mais de 300 por ano. Foi decrescendo até desaparecer, devido à devastação produzida nos mares do Norte e do Sul com a pesca mecanizada.

momento em que êsse equilíbrio ameaçava periclitarse pelo esgotamento das jazidas, a chegada da família real e o estabelecimento da Côrte no Rio de Janeiro vinham assegurar-lhe a estabilidade. Como viria mais tarde a observar o Professor HALDEMANN, da Universidade de Kiel, citado por OLIVEIRA LIMA, “até então representava o Brasil nada mais que uma unidade geográfica formada por províncias no fundo estranhas umas às outras; agora, porém, iam essas províncias fundir-se numa real unidade política”.

O primeiro ato praticado no sentido da realização desse objetivo teve por palco a Bahia e consistiu no decreto real abrindo os portos do Brasil às Nações amigas. Não se limitou, entretanto, a influência baiana, a fornecer o cenário para a expedição dessa Carta, da qual se costuma hoje datar a independência real do nosso País. “Os baianos, tradicionalmente conservadores, escreve XAVIER MARQUES (ENSAIO HISTÓRICO SOBRE A INDEPENDÊNCIA), ofereciam, em imagem reduzida, o tipo histórico da civilização gradativa, do progresso evolucionário, sem saltos, nem intervenções: o que, afinal, caracteriza (caracterizava, digamos), a civilização brasileira. Vivendo na abundância, bem remunerados com o fruto do seu trabalho, logicamente a consideração dos fatos econômicos havia de entrar por muito na determinação das suas opiniões e dos seus critérios políticos. Não é, por isso, de causar estranheza que, antes de produzir um grande general ou agitador das multidões, produzisse a Bahia um grande economista. Era êsse o órgão e o intérprete que lhe convinha à atividade inicial, a caminho da emancipação. E teve-o na pessoa de JOSÉ DA SILVA LISBOA, Visconde de Cairu, um dos homens notáveis que os figurões da Côrte, ao que diz ROCHA POMBO, se espartaram de encontrar na colônia. Espanto bem pouco justificável, porque antes de recolher-se à Bahia, onde nasceu em 1756, e aí serviu como secretário da mesa de inspeção da agricultura e comércio, SILVA LISBOA vivera na metrópole e

**“ refletindo bem
essa ânsia de expansão e
de progresso, já se
haviã processado, na
Bahia, vários inqueritos
entre os homens notáveis
sobre uma possível
melhoria das
condições econômicas
da terra... ”**

passara pela Universidade de Coimbra, formando-se em Direito Canônico. Ali havia professado línguas gregas e hebraica, escrito e publicado obras, “que lhe deram grande reputação”. Dessas obras aparecem em Lisboa: “Princípios de Direito Mercantil” em 1806 e um tratado de Economia Política. Tal qual aconteceria mais tarde a José Bonifácio, no seu retiro de Santos, o destino foi buscar a Silva Lisboa, na cidade do Salvador, para lhe cometer um papel insigne na formação da nacionalidade”.

“Alcançando a Bahia, informa, por sua vez, ROBERTO SIMONSEN (OB. CIT.), recebeu, desde logo, o Príncipe Regente, as representações que, por intermédio do seu capitão-general, Conde da Ponte, faziam os exportadores da terra sobre a necessidade da manutenção das correntes de comércio externo; dessa aspiração foi avisado e autorizado intérprete José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, que se notabilizara no estudo de assuntos econômicos. Aliás, refletindo bem essa ânsia de expansão e de progresso, já se haviam processado, na Bahia, vários inqueritos entre os homens notáveis sobre uma possível melhoria das condições econômicas da terra³.

As sãs doutrinas consubstanciadas na Carta de abertura dos portos,

com a qual o Príncipe Regente, no dizer do VISCONDE DE PÔRTO SEGURO (ob. cit). “emancipou de uma vez o Brasil da condição de colônia e o constituiu nação independente de Portugal”, seriam, dois anos apenas decorridos, anuladas pelos termos do tratado de 1810, impôsto pela Inglaterra ao fraco aliado, que não tinha para quem apelar, tratado êsse, instrumento de política imperialista, que por várias décadas atrofiaria o desenvolvimento do Brasil e contra o qual vieram afinal a prevalecer os princípios da liberdade comercial, propugnados pelo primeiro estadista baiano.

Nem a própria chegada da família real e o estabelecimento da Côrte no Rio de Janeiro diminuíram a importância da Bahia, como cidade principal da América Portuguesa.

Para governá-la designou, com efeito, D. João VI o próprio Vice-Rei do Brasil, D. Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos, cujas qualidades de administrador lhe valeram, ao deixar o cargo a instituição em seu benefício e dos seus descendentes, pelos habitantes da Província, de um vínculo de 100.000\$000⁴ em ações do Banco do Brasil, “em gratidão da grande prudência, doçura e exemplar justiça de sua administração” (ACCIOLI, MEMÓRIAS HISTÓRICAS E POLÍTICAS DA PROVÍNCIA DA BAHIA, TOMO III), enquanto, um século depois, o comércio baiano lhe levantava uma estátua em frente ao edifício desta Praça do Comércio por êle construída.

Foi, realmente, uma “boa fortuna” para a Bahia como diz OLIVEIRA LIMA (OB. CIT.), ter à sua frente, naquele período, um tão experimentado capitão-general ao qual deveu, conforme relaciona ACCIOLI, em suas MEMÓRIAS, o desenvolvimento da instrução pública, com a criação de numerosas escolas de primeiras letras (primárias) e de gramática latina (secundárias), além de uma escola de farmácia, anexa ao

³ Resultantes desse inquerito são as Cartas Econômico-Políticas sobre a Agricultura e Comércio da Bahia, pelo Desembargador João Rodrigues de Brito, republicadas pelo Governo da Bahia em 1924.

⁴ Cerca de Cr\$ 25.000.000,00 ao câmbio atual (junho de 1957).

colégio médico-cirúrgico fundado pelo Príncipe Regente, origem da atual Universidade da Bahia, e uma escola pública de comércio; o estabelecimento de uma fundição militar, que trabalhava também para usos civis; a abertura de estradas para o interior e a distribuição de destacamentos para repelir as agressões do gentio bárbaro; a criação de uma tipografia, onde se imprimia o jornal "Edade de Ouro do Brasil", um dos primeiros que se editaram em nosso País; a criação de uma Biblioteca Pública de 3.000 volumes, origem da atual preciosa Biblioteca Pública da Bahia e na qual depositou 80 livros de sua propriedade, de escolhidos autores; a conclusão das obras do Teatro São João, inaugurado em 1812, onde Castro Alves viria a representar o Gonzaga, infelizmente destruído por um incêndio há cerca de 40 anos passados; o embelezamento da Cidade, com a urbanização da freguesia da Conceição da Praia (hoje sacrificada pelo Mercado Municipal e a invasão da Escola de Aprendizes Marinheiros) e a criação de um belíssimo Passeio Público, até hoje notável, apesar de mutilado por administrações estaduais republicanas; o fortalecimento das fortificações da Cidade, reparando as existentes e especialmente as do Forte do Mar, num ilhéu rochoso ao centro do pôrto: o esmagamento da revolta dos pretos Ussís, levantados simultaneamente na Cidade e nos Engenhos do Recôncavo; a construção desta Praça do Comércio, "feita sem a menor despesa para a Fazenda Pública", por 60.000\$000⁵, até hoje um dos mais belos edifícios da capital baiana; o estímulo ao desenvolvimento da agricultura, contando-se do seu governo a introdução da primeira máquina a vapor para engenho de açúcar, no engenho do Tenente-Coronel Pedro Antônio Cardoso; a criação da primeira Caixa Filial do Banco do Brasil; a abertura de canais para a navegação, na península de Itapagipe e na zona sul da Província (Belmonte, Pôrto Seguro e Caravelas); o desenvolvimento da construção naval, em cujos estaleiros chegou a construir duas fra-

“ As importações que em 1806 eram do valor de 3 600 contos, em 1813 tinham subido a 7 052 contos e em 1816 atingiam a 9 084 contos, entrando os escravos por 2 500 contos... ”

gatas (a "Príncipe D. Pedro", de 44 peças, e a "União", de 50), três brigues, doze barcas canhoneiras e três correios; o aumento das guarnições militares; uma administração tão eficiente, sob todos os aspectos, que lhe permitiu, à notícia da revolução pernambucana de 1817, antecipar-se a qualquer providência da Côrte do Rio de Janeiro e com os únicos recursos da Província, inclusive o apoio do seu comércio e de todos os seus habitantes, debelá-la com mão firme e em seguida tratar com rigor aos seus cabeças e com generosidade os que se haviam deixado nela envolver.

"Em tôdas as capitais de província, escreveu OLIVEIRA LIMA (ob. cit.) , foram gerais por êsse tempo, no Brasil, o aumento da edificação e o desenvolvimento das artes, mais porventura na Bahia do que em qualquer outra, pelo notável crescimento da sua riqueza, denunciado pela anual subida do movimento comercial. As importações que em 1806 eram do valor de 3 600 contos, em 1813 tinham subido a 7 052 contos e em 1816 atingiam a 9 084 contos, entrando os escravos⁶ por 2 500 contos. As exportações, constantes principalmente de açúcar, aguardente, fumo, algodão, café, arroz, couros e madeiras, tinham decrescido nos primeiros anos do reinado de D. João VI, talvez por se generalizar mais o tráfico brasileiro, mas tomaram novo

impulso e passaram de 3 205 contos no ano de 1813 a 6 156 no ano de 1816, uma diferença bem mais considerável que nas importações", ainda assim mais valiosas, ao contrário do que hoje ocorre.

Razão tinham, portanto, os naturalistas MARTIUS e SPIX, que a êsse tempo visitaram o Brasil, em tão bem falarem da administração do Conde dos Arcos e ao afirmarem ser a Bahia, na época, "a mais rica e ativa praça de comércio do País". "A do Rio, continua OLIVEIRA LIMA, com suas novas instituições de crédito, suas transplantadas especulações e seus incipientes jogos de bolsa, ofereceria o moderno tipo mercantil. Conservava a outra (a baiana) mais a tradição nos negócios, como em tôda a economia. Era o empório da velha cultura do açúcar: no ano de 1808, o da passagem da família real, saíram do seu pôrto nada menos de 26 a 27.000 caixas de 40 a 45 arrôbas cada uma, produto dos 511 engenhos da capitania. Era também o centro do comércio de escravos, onde afluíam os carregamentos dos africanos, cujo valor regulava 140 a 150 mil réis cada um e onde se detinham os alforriados, negros do ganho e negras quitandeiras. Para estas, manufacturavam os ourives da terra boa parte das correntes, brincos, fiavelas e outros adornos de extensa procura, pois que igualmente os compravam muito os sertanejos de visita à cidade. Tanto mais numerosos eram êles quanto, do litoral baiano, partiam importantes vias de comunicação com o interior: a estrada que, pela Conquista e rio Pardo, ia a Minas; a que, pelo rio de Contas, se dirigia a Goiás e Mato Grosso, para onde se descia do Juazeiro, pelas vilas de Pilão Arcado, Barra do Rio Grande e Urubu, na linha do S. Francisco; a que, passando pelo Juazeiro, alcançava as capitâneas do Norte, Pernambuco, Piauí e Maranhão e outras em ramificação". (D. JOÃO VI NO BRASIL).

⁵ Cerca de Cr\$ 15.000.000.00 ao câmbio atual (junho de 1957).

⁶ Correspondentes à maquinaria de hoje.

*“ ... a concorrência
agora lhe era
progressivamente feita
nos próprios mercados
europeus, com a
produção local, baseada
no açúcar de beterraba,
que as contingências do
bloqueio continental,
durante as guerras
napoleônicas, haviam
desenvolvido
industrialmente... ”*

2. Início e progressão da relativa decadência baiana

Entretanto, com o avanço do Século XIX, a situação econômica da Bahia entrara, relativamente, a declinar. Ainda ao tempo da colônia, a posição monopolística do açúcar sofrera o primeiro golpe com a expulsão dos judeus, cuja experiência, ou know-how, como hoje se diz, iria despertar e estimular a primitiva indústria das Antilhas e do Caribe. Abalada, durante a guerra da independência, em consequência dos sacrifícios suportados pelos senhores de engenho, que, na sua maior parte e na frase do leader escolhido por todos eles, “nada mais tinham para oferecer, porque honra, vida e fazenda há muito haviam dedicado à defesa da Pátria”⁷, a concorrência agora lhe era progressivamente feita nos próprios mercados europeus, com a produção local, baseada no açúcar de beterraba, que as contingências do bloqueio continental, durante as guerras napoleônicas, haviam desenvolvido industrialmente, partindo de experiências de laboratório. Encerrado, porém, como se achava praticamente, no Brasil, o ciclo de ouro, ainda era sobre o açúcar, embora em processo de desvalorização, sobre o fumo e o algodão, dos quais

a Bahia era a principal produtora, que se baseava a rudimentar economia brasileira. A riqueza acumulada era, por outro lado, de tal ordem, que, ao se fundar, em 1858, o Banco da Bahia, organização estritamente privada, o seu capital-ouro foi de quatro mil contos de réis, ao câmbio de 32 d. (cêrca de 350 milhões de cruzeiros ao câmbio de hoje), enquanto, na mesma época, o Banco da Província do Rio Grande do Sul reunia apenas um capital de mil contos de réis.

Infelizmente, por uma malícia dos deuses, como diria Eça de Queiroz, essas elevadas poupanças não encontravam campo de aplicação proveitosa dentro da rudimentar economia da Província. Além da queda progressiva dos preços, a zona apropriada à produção do açúcar já fôra por assim dizer ultrapassada nos seus limites naturais, decaindo rapidamente os engenhos fundados fora do massapê do Recôncavo, uma vez esgotado o humus vegetal das terras virgens. A pecuária, havendo coberto os campos de Sergipe, os cerrados e caatingas, esbarrava, como a já fixada lavoura do café e a incipiente do cacau, na impenetrabilidade, em face dos recursos da época, sobretudo de braços, da floresta tropical e as idéias de industrialização somente se tornariam atuais quando a poupança acumulada se houvesse dissipado no serviço faustoso da nobreza e dos senhores de engenho, nos sacrifícios pelo Império, ou nas crises econômicas que se amiudavam, como herança da desordem financeira legada à jovem nação pela Coroa portuguesa.

Dessas crises a mais grave foi sem dúvida a de setembro de 1864, irrompida com a quebra, no Rio de Janeiro, da Casa Bancária Alves Souto & Cia., que arrastou a dos banqueiros Montenegro Lima & Cia., Gomes & Filhos e Oliveira & Belo e mais 70 outros negociantes com um passivo de 110 mil contos de réis, determinando ao mesmo tempo forte corrida sobre o Banco do Brasil, o

Rural e Hipotecário e outros, que se veriam obrigados a liquidar, se não houvesse sido decretada, em 17 daquele mês, a moratória dos vencimentos por sessenta dias.

Ainda não estavam apagados os efeitos desastrosos dessa crise e uma nova calamidade vinha de surpresa atingir o Brasil e muito particularmente a Bahia. A guerra com o Paraguai obrigava a Nação a extraordinários gastos em recursos humanos e materiais, suportados sobretudo por esta Província, cujos campos se esvaziaram de quinze mil homens válidos, parte deles movidos pelo patriotismo, os outros “voluntários a pau e corda”, para aumentar o prestígio dos chefes locais ou mesmo nacionais.

O que restava da poupança acumulada foi sendo utilizado no custeio dos encargos da ascendência política dos estadistas baianos, o que naquele tempo apenas acarretava ônus, sem vantagens de ordem pessoal ou regional. Era o espetáculo generalizado das grandes casas endividadas (Cotegipe casado com a maior herdeira da época, a sua casa do Rio de Janeiro leiloadas por ocasião de sua morte), enquanto no Sul se levantava a nova nobreza rural, com apoio na onda verde do café, que ali encontrara o seu habitat e do Rio de Janeiro se espraiava para a Zona da Mata, o Sul de Minas e São Paulo.

A modificação de estrutura do comércio exterior, com o açúcar perdendo gradativamente a importância de que se revestira no período colonial, foi assim a primeira causa da relativa decadência econômica da Bahia agravada pela repercussão das crises de âmbito nacional. O processo de decadência se aceleraria dentro em pouco, com a transformação do regime de trabalho, de escravo em livre, ou pseudo-livre, sem nenhum programa da parte do Governo para facilitar a transição, nem a correção espontânea, embora penosa, que as condições climáticas não propiciavam, ao contrário do que sucedia no Sul, do afluxo imigratório.

⁷ Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, ao agradecer ao Imperador o título de Visconde da Torre.

“ Sofriam mais, entretanto, os centros de expansão econômica do Norte, Bahia e Pernambuco, onde as fontes da riqueza haviam sido destruídas, onde o produto da poupança fôra consumido e onde não havia condições geológicas nem climáticas para uma expansão em larga escala da lavoura do momento – o café... ”

Abstraiam-se os aspectos morais e humanos do problema e imagine-se uma economia baseada sobretudo na produção de 500 engenhos de açúcar e a destes no trabalho escravo, solapada nas suas raízes pela dispersão e indisciplina dos trabalhadores e a perda do capital que eles representavam, no momento em que o produto já se encontrava em crise. Em documentos de família encontrei o rastro próximo do esforço para escapar à ruína, hipotecando terras, penhorando os bois de trabalho, vendendo umas e outros para o resgate da dívida e enfim as fornalhas apagadas, cedendo os canaviais lugar a pastos para o gado mofino que então se criava.

Sobre tudo isso, a crise do Encilhamento, deflagrada pelas experiências financeiras da República.

Todo o País sofria, sem dúvida. Sofriam mais, entretanto, os centros de expansão econômica do Norte, Bahia e Pernambuco, onde as fontes da riqueza haviam sido destruídas, onde o produto da poupança fôra consumido e onde não havia condições geológicas nem climáticas para uma expansão em larga escala da lavoura do momento – o café.

Também êste entraria em crises de superprodução. Mentalidades mais arrojadas e dotadas de espírito comercial já a essa altura influíam, porém na direção dos negócios públicos e os processos de valorização iniciados no convênio de Taubaté, precursores unilaterais dos “buffer stocks” recomendados recentemente por White e Keynes na Conferência de Bretton Woods, se por um lado criavam precedentes perigosos no futuro, por outro carreavam, sobretudo para S. Paulo, grandes margens de lucro, sôbre cuja poupança começaria a constituir-se com o auxílio da mão-de-obra de imigrantes estrangeiros, o parque industrial brasileiro.

Apenas nos primeiros passos puderam os Estados do Norte acompanhar nesse campo os do Sul. Primeiro, porque era nêles diminuto o resto de poupança suscetível de ser reinvestida e a pouca que havia era orientada para a reconstrução, sob a forma de usinas centrais turbinadoras, da tradicional indústria do açúcar, ou para algumas fábricas de tecidos grossos; segundo, porque lhes faltavam mão-de-obra com algumas especialização, elementos com capacidade de gerência e finalmente pela carência de energia elétrica, quando esta passou a substituir com vantagem as máquinas a vapor.

Não era impossível, entretanto, reconstituir-se um Norte próspero sôbre a base da agricultura e pecuária paralelamente com um maior desenvolvimento industrial do Sul, se duas forças perturbadoras não houvessem interferido na evolução natural do problema, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial: a proteção que os grupos industriais, mais organizados que os agrícolas, passaram a pleitear e obter para as suas próprias atividades e a concentração das despesas com obras, serviços, funcionalismo e forças militares da União nos Estados do Sul, acarretando nessas regiões uma progressiva inflação de crédito que lhes permitia açambarcar em proveito próprio os fatores disponíveis de desenvolvimento industrial, aumentando, assim, cada vez mais, a sua capacidade para a obtenção de medidas protecionistas, até porque, com o deslocamento do eixo econômico, também o eixo político se deslocava para o Sul do País e, como dois bons parceiros, mutuamente se estimulavam.

2.1. A revolução madrastra

Mesmo assim, até à Revolução de 30, a economia baiana, modesta mas equilibrada, se perdia para o maior desenvolvimento, sobretudo indus-



Figura 1 – Associação Comercial da Bahia e a Praça Riachuelo, 1885.

Fonte: Fotografia de Rodolfo Lindemann, seleção de Gilberto Melo (citado por SPINOLA, Noelio. **Trinta anos da indústria, comércio e turismo na Bahia**. Salvador: IPA/UNIFACS/SIC, 1997, p.101.

trial, dos Estados do Sul, ainda conseguia, graças sobretudo à nova lavoura do cacau, acumular margens de poupança que lhe permitiam, como há um ano passado salientou em carta ao Sr. Presidente da República o atual Governador do Estado, “realizar, às suas próprias custas, investimentos relativamente importantes, como a construção, por completo, de uma estrada de ferro com 324 km (a Estrada de Ferro de Nazaré), o equipamento de uma companhia de navegação costeira (a Companhia de Navegação Baiana) e mais a Viação Fluvial do Rio São Francisco, para apenas citar alguns dos exemplos mais conspícuos”, aos quais poderíamos acrescentar a construção da antiga Estrada de Ferro Centro-Oeste da Bahia, hoje incorporada à rede federal, com os seus vários ramais servindo à zona canavieira, a construção de várias usinas centrais de açúcar, posteriormente transferidas a particulares e, por concessão, o pôrto de Ilhéus e a Estrada de Ferro Ilhéus a Conquista, posteriormente limitada a zona cacauzeira, com os ramais de Itabuna e Ubaitaba.

A Revolução de 30 trouxe, entretanto, no seu bôjo, duas conseqüências da maior gravidade para os interesses econômicos da Bahia. A primeira foi o soçôbro do prestígio político do Estado, sem nenhuma afinidade com o movimento vitorioso, tanto pelas características do espírito conservador e jurídico das suas elites, como em conseqüência da união de todos os seus partidos em apoio à chapa presidencial liquidada pela Revolução. A segunda foi a instalação como fonte legislativa, inclusive em matéria tributária e nas correlatas, como o comércio exterior, da vontade discricionária do Chefe do Governo, sujeito apenas às influências dos que lhe giravam em tórno, por direito de conquista conjunta do poder, ou levados pela mão de algum dêles, de qualquer modo excluída qualquer participação da Bahia na elaboração daquela vontade legislativa discricionária.

O monopólio de câmbio e o mercado oficial, estabelecidos logo em 1931 e reforçados pela ação cada vez

mais rigorosa da Fiscalização Bancária, visando de início, a atender aos imperativos da depressão internacional e seus reflexos no Brasil, passaram, desde então, a ser quase uma constante na vida do País e um processo de a União diminuir as suas despesas em moeda estrangeira, ou engrossar a sua receita, ao que se agregou o benefício de determinados grupos econômicos, num e noutro caso às custas da espoliação das economias dos Estados exportadores.

Num louvável e já de algum modo profícuo esforço no sentido de reincutir na consciência nacional princípios elementares de economia e finanças, deturpados por um quarto de século de práticas viciosas, o eminente Professor Eugênio Gudín vem insistindo na necessidade de assegurar ao exportador a venda das suas cambiais pela taxa do mercado único e livre, esclarecendo que, embora e ideal seja a estabilidade monetária, cambial, de salários, de impostos etc., “quando mesmo não haja essa estabilidade e a taxa cambial seja cadente, ao menos o produtor ou exportador encontra no aumento da taxa cambial a compensação automática a elevação dos custos internos da produção”. Se há conveniência em não elevar exageradamente o valor do dólar do café, para evitar a queda das suas cotações nos mercados estrangeiros, ou se a política do Governo é criar um dólar mais favorável para importações julgadas essenciais ou de alto interesse para a economia nacional, êsses são problemas diferentes, que a União tem o poder de solucionar por intermédio de imposto de renda no primeiro caso, por apropriadas leis de tarifas e de subvenção no segundo e não confiscando cotas elevadas do valor das cambiais de exportação, para que o Governo Federal possa esbanjar, em favores e desperdícios, o produto da espoliação da economia agrícola do País.

“Tôda decalagem entre a taxa cambial da importação e a da exportação representa uma desvantagem para a economia do País”; ensina, em um dos seus recentes artigos, o Professor Eugênio Gudín. Em outras

palavras, a taxa cambial única é a mais vantajosa para o comércio internacional do País. A “importação e a exportação”, escrevia recentemente e com muito acêrto o Professor Otávio de Bulhões, “são fases diferentes de um mesmo todo econômico. São atos que se completam, reciprocamente, e por isso mesmo não podem ser separados em câmaras estanques, cada um regulado por um cruzeiro diferente, como se a exportação fôsse de um Brasil e a importação de outro Brasil”,

Mesmo ao tempo em que o Governo Federal ainda não havia, com a deturpação dos propósitos iniciais da Instrução n. 70, estabelecido oficialmente, em seu proveito próprio, a violenta decalagem dos valores dos dólares de exportação e de importação, já ela se implantara em nosso sistema cambial, em proveito de privilegiados favorecidos com as operações de compensação, sobretudo, a partir de 1951 e com resíduos que permanecem até hoje, graças aos malabarismos da Cexim e à indústria dos mandados de segurança. Mas a verdade é que, desde o início do monopólio, essa decalagem se processava disfarçadamente pela elevação do custo das mercadorias importadas ou dos seus sucedâneos nacionais, em conseqüência do franco abastecimento em dívidas do mercado importador, cujas possibilidades individuais de obtê-las valiam altas margens de lucro no momento da venda.

Com metade da sua economia baseada no valor dos produtos de exportação, os preços dêstes em queda nos mercados internacionais e os custos internos de produção em alta, teve a Bahia as suas cambiais amarradas, durante 23 anos, à taxa oficial, salvo os períodos transitórios em que as operações casadas, os ágios das letras de exportação ou, quanto aos produtos secundários, as operações compensadas, lhe asseguravam um reduzido lucro adicional. O mesmo ocorreria, naturalmente, com o principal produto de exportação do Sul, o café, mas, se o sacrifício era igual para todos os exportadores, o seu reflexo não era o mesmo nas res-

“ O reajustamento econômico de 1933 propôs-se compensar o sacrifício imposto à lavoura por uma taxa cambial dissociada da realidade... ”

pectivas economias regionais, beneficiadas como eram as dos Estados com possibilidades de desenvolvimento industrial com a aquisição a baixo custo das divisas com que custeavam a importação de máquinas e matérias-primas.

O reajustamento econômico de 1933 propôs-se compensar o sacrifício imposto à lavoura por uma taxa cambial dissociada da realidade. Foram, entretanto, nêle incluídas, com menor razão, atividades dedicadas ao abastecimento interno, muito reduzidas na Bahia e como a indenização se fez através do resgate pelo Governo, de uma parte das dívidas dos agricultores, a Bahia, cuja rêde bancária era, na época, praticamente inexistente e cuja economia agrícola se baseava na poupança e num reduzido financiamento pelas casas comissárias, longe ficou de receber uma compensação ao seu prejuízo.

Vencido o curto período (êsse, sim) da Constituição de 34, restabeleceu-se com o Estado novo, para a Bahia, a situação de terra dominada, todos os partidos políticos dissolvidos e ainda mais infensos ao regime vigente, sem representante que lhe defendesse os interesses ante a inflação alucinante, sobretudo depois que, com a guerra, processou-se redução drástica das importações, enquanto as cambiais de exportação eram adquiridas pelo Governo e congeladas no estrangeiro. Aparentemente, dessa política deveria resultar vantagem para as atividades exportadoras, porque com ela se evitava uma alta do câmbio e conseqüente desvalorização em cruzeiros dos gêneros exportados. Tal vantagem, entretanto, foi totalmente anu-

lada e mesmo transformada em desvantagem, pelas seguintes normas de procedimento:

Primeiro – Fixação para o cacau de um preço teto, calculado sôbre a base de anos de crise, ou, seja, 8 cents por libra-pêso (quando os preços miseráveis de há um mês passado eram de 20 cents, e que vigorou durante tôda a guerra, saltando a mais de 30 cents logo que restabelecida a liberdade do comércio. O prejuízo da lavoura por êsse sacrifício pode ser estimado, à razão de 26 dólares por saco, em mais de 100 milhões de dólares, – o custo da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.

Segundo – O surto inflacionário decorrente da diminuição das importações, mal combatido pelas medidas incompletas do impôsto sôbre lucros extraordinários e das letras de exportação; traduziu-se no aumento do preço das utilidades disponíveis, subindo violentamente o custo da produção, enquanto o valor dos produtos de exportação se mantinha estável.

O impôsto sôbre lucros extraordinários associava, com efeito, o Governo no seu resultado, em vez de limitá-los, desde que não estabelecia, como nos principais países em guerra, um limite acima do qual todo o lucro fôsse absorvido pelo imposto. Assim, sem nenhuma limitação legal, nem tampouco por força da concorrência, os industriais do Sul atribuíam aos seus produtos os preços que entendiam, quando muito, como sucedeu com a indústria têxtil, comprando a liberdade de fazê-lo com a fabricação de uma cota dos chamados “tecidos populares”, também exportados, com grandes lucros, para a Venezuela (antes de haver enriquecido com o petróleo), para os negros da África do Sul e os nativos da Indonésia, – qualquer coisa abaixo dos padrões mínimos de dignidade da indumentária humana.

Na contribuição, por mim redigida, desta Associação Comercial para o Congresso de Teresópolis de 1945, assim era analisada essa situação catastrófica:

“Ao se organizarem os planos dêsse desenvolvimento (econômico), não se percam de vista, entre-

tanto, as desigualdades do progresso industrial das várias regiões do País e não se sobrecarreguem de sacrifícios as gerações atuais, ou determinados grupos de populações, em benefício exclusivo das gerações futuras, ou daqueles grupos que presentemente detêm os rudimentares instrumentos de produção industrial de que dispomos. Não esqueçamos que a política de descontrolo de preços, consentida e estimulada pelo Governo, deu em resultado um desnivelamento espantoso entre os preços do mercado interno e os do mercado internacional, de tal modo que produtos básicos de nosso mercado de exportação como o café e o cacau, para citar apenas dois dos principais, já se tornaram lavouras desinteressantes. Não ignoremos que as nossas populações rurais e as nossas massas consumidoras, desprovidas de tudo, submetidas, durante a guerra, às maiores provações e sacrifícios, inclusive para a constituição das grandes disponibilidades que acumulamos em divisas internacionais, têm os olhos fitos na esperança de, graças a elas, abastecerem-se agora, a preços razoáveis, nos mercados estrangeiros, de tudo aquilo de que carecem e que não seria justo fazê-las esperar o equipamento da indústria nacional capaz de prover as suas necessidades, nem muito menos condená-las a custear o estabelecimento desta indústria, através do pagamento de preços exagerados pelos seus produtos”.

Não é, assim, de admirar que a Bahia se encontrasse economicamente exausta quando, ao fim da guerra, se apresentou de novo com representação própria, no cenário federal. Uma feliz concentração das suas forças políticas e a maior sensibilidade do Presidente da República de então para com os problemas nacionais, isento como era, pela sua formação militar, das influências regionais ou de grupos, proporcionou-lhe, no quadriênio que se seguiu, um tratamento mais equitativo e compensatório do desgaste sofrido. A propósito assim se expressava o relatório do Banco da Bahia, sôbre o exercício de 1950:

“Levando-se em conta o estado de decadência econômica a que havia atingido, sobretudo em conseqüên-

cia da situação a que se viu submetida durante a guerra, quando teve de entregar a preços vis, nos mercados estrangeiros, os gêneros da sua produção, para abastecer-se nos mercados nacionais a preços exagerados, talvez haja sido a Bahia uma das regiões do País mais beneficiadas pela política de ordem, de amparo e de estímulo às legítimas atividades e de restauração do equilíbrio federativo, posta em prática pelo Governo findo". "Essa prosperidade, entretanto, advertia mais adiante o relatório, depois de enumerar os dados em que ela se traduzia, essa prosperidade, não nos iludamos, repousa em bases ainda incertas e inseguras". "Tudo isso decorreu de uma política definida do Governo Federal, para cujo estabelecimento os representantes baianos muito concorreram, de corrigir o desequilíbrio federativo pelo estímulo ao desenvolvimento das regiões do Leste, Norte e Nordeste e da habilidade com que os dirigentes baianos dela se souberam aproveitar, pondo em foco os grandes problemas do Estado e promovendo, para o que contavam com a inequívoca boa-vontade do Presidente Eurico Dutra, a sua solução".

"A alteração daquela política ou o enfraquecimento do prestígio do Estado junto ao Governo Federal poderão realmente ser funestos à Bahia, cuja economia ainda não atingiu um grau de solidez como as de São Paulo ou do Rio Grande do Sul, por exemplo, capaz de lhe permitir desenvolver-se por si mesma. Todos os nossos recursos não bastariam, com efeito, para resolver problemas fundamentais, como o da complementação dos nossos sistemas de estradas de ferro e de rodagem, da correção dos índices catastróficos de analfabetismo, da debelação das endemias urbanas e rurais e do melhoramento, por meio de obras assistenciais, do miserável padrão de vida das nossas populações".

A advertência vinha a propósito, porque já no ano seguinte, instalado o novo Governo, cindidas as forças políticas do Estado e privadas, por efeito das contingências eleitorais, do concurso dos leaders mais afeiçoados aos problemas econômicos e administrativos, o relatório do Banco da Bahia assinalava que,

“ Em 1952, apesar de todos os propósitos de combater-la, a inflação voltara a campear desenfreada. A linguagem do Ministro da Fazenda era severa, recomendando evitar-se “qualquer nova expansão de crédito...” ”

“sofrendo o impacto de uma seca de proporções excepcionais, no mesmo instante em que a política de compressão de despesas e de aumento de arrecadação do Governo Federal invertia a posição de que se tornara beneficiária nos últimos anos, a economia baiana experimentou, no ano findo, um abalo que somente não foi maior pela oportuna valorização dos seus produtos de exportação”.

Foi, entretanto, ainda suficientemente grande para que o balanço do comércio do Estado se apresentasse com um deficit de cerca de 100 milhões de cruzeiros, acrescido de 300 milhões no balanço de contas com o Governo Federal.

Para aquele resultado do balanço comercial teve efeito decisivo o deficit de cerca de 1 200 milhões no comércio interestadual, cujas mercadorias importadas por cabotagem das de maior peso e menor custo apresentaram um preço médio de cerca de nove mil cruzeiros por tonelada, enquanto o das importadas do estrangeiro não chegava a três mil cruzeiros. Evidente seria o interesse em importar diretamente do estrangeiro, não houvesse de permeança a Cexim e os seus quatro mil critérios, por força dos quais e ao influxo da ação das novas autoridades monetárias, num aumento de importações, verificado naquele ano, de cerca de 14 bilhões, ou 67% sobre o ano anterior (34 bilhões contra 20.300

milhões), o Rio Grande absorveu 700 milhões, ou 5%, o Distrito Federal 3 400 milhões, ou 25,5% e São Paulo 5.900 milhões, ou quase 44%, enquanto a Bahia obteve um aumento de 168 milhões, ou 1,2%, como tudo foi apontado no relatório do Banco da Bahia referente àquele exercício.

Em 1952, apesar de todos os propósitos de combater-la, a inflação voltara a campear desenfreada. A linguagem do Ministro da Fazenda era severa, recomendando evitar-se “qualquer nova expansão de crédito, salvo a margem suplementar exigida pelo aumento físico da produção e que a sua concessão se processasse em obediência a rigoroso critério de seletividade”. A atuação do Banco do Brasil era, porém, antitética: aos Bancos particulares infratores das suas normas socorria a Camob com mais um bilhão de cruzeiros; ao público emprestava o Banco mais seis bilhões, aos Estados e Municípios mais um bilhão e na compra do algodão paulista, por preço 40% acima do seu valor real, investia cinco bilhões. Era a expansão desmesurada dos meios de pagamento, “estimulando a importação de toda a espécie de artigos, dos necessários aos de luxo, permitindo largas margens aos privilegiados beneficiários de licenças e desenvolvendo um clima de favores, senão de corrupção: incompatível com a normalidade do comércio”, o que se tornava “ainda mais grave pela rigidez artificial com que se manteve o valor internacional do cruzeiro, em contraste com a sua desvalorização interna”.

“Enquanto se desenvolvia nesse sentido a conjuntura nacional, continuava o relatório de 1952 do Banco da Bahia, a economia baiana era apanhada entre as suas tenazes e as da prolongada crise climática, que assolou todo o Polígono das Secas, invadindo áreas do nosso Estado ainda não anteriormente atingidas. As exportações para o estrangeiro, sobre que se baseia a vida econômica do Estado, caíram de 270 mil para 150 mil toneladas, baixando o seu índice de 125 para 69. O deficit global da economia baiana subiu, no

“ O saldo de 1 400 milhões, acumulado no quinquênio 1946-50, fôra-se “em apenas dois anos, numa descapitalização violenta, para sustentar o mínimo de comércio necessário à manutenção da vida do Estado... ”

exercício, a mais de um bilhão de cruzeiros.

“Seria inútil e mesmo contraproducente disfarçar a gravidade de uma tal situação”, acentuava o relatório. O saldo de 1 400 milhões, acumulado no quinquênio 1946-50, fôra-se “em apenas dois anos, numa descapitalização violenta, para sustentar o mínimo de comércio necessário à manutenção da vida do Estado, num momento em que a sêca o privava dos seus recursos normais de subsistência e progresso e a política financeira da União lhe agravava os sacrifícios”. “O Estado se exauriu, num esforço improfícuo, para apenas manter a sua população, inclusive importando 678 652 sacos de farinha de mandioca gênero do qual, ainda no ano anterior, tivera a maior produção no País. Debalde, porque, só pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, passaram, em 1951, 205 mil nacionais e, em 1952, 230 mil, “figurando os baianos em 1º lugar, com mais de 40% (Mensagem Presidencial, pág. 220)”.

Fixe-se essa insensibilidade do Governo Federal para com as dificuldades cruciantes atravessadas pela Bahia num momento de crise. Ela apenas torna mais aguda a sua atitude habitual para com os problemas de interesse do Estado, acentuada de novo, agora há pouco, no atendimento tardio e incompleto das justas reivindicações da lavoura cacaujeira. Fixe-se essa insensibilida-

de porque sobre ela teremos de insistir nas conclusões desta exposição.

Em 1953, o Ministro Oswaldo Aranha, chamado à pasta da Fazenda para resolver o impasse entre as atitudes divergentes do Ministério e do Banco do Brasil, repetiu, com 20 anos de intervalo, o gesto de reparação consubstanciado outrora no Reajustamento Econômico e agora na Instrução n. 70. “Atribuindo a todos os produtos de exportação, exceto o café, assinalava o relatório do Banco da Bahia relativo ao exercício, um ágio uniforme de Cr\$ 10,00 por dólar, o plano Aranha podia ser considerado um começo de reparação ao tratamento injusto que vinham sofrendo os Estados predominantemente exportadores, como a Bahia e o Paraná, condenados, até então, a receber o preço de grande parte de sua produção (a destinada a exportação), em moeda supervalorizada e a adquirir nos mercados internos, pela carência de indústrias próprias e pelos artifícios da Cexim, em moeda cada dia mais vil. Um começo de reparação, insistimos, porque nem lhes será possível aplicar tôdas as cambiais que produzem em importações de artigos para o seu consumo, nem tais importações serão feitas por um câmbio equivalente àquele pelo qual as entregam, mesmo levando-se em conta o abono com que são beneficiadas”. “Lastimavelmente, observava o relatório do ano seguinte, os efeitos dessa corajosa atitude foram, em grande parte, comprometidos pelos focos inflacionários desenvolvidos, na sua (Aranha) administração (os deficits orçamentários, o financiamento do café em nível exagerado, a inflação de crédito e a duplicação do salário mínimo), e pelo excesso de confiança com que sacou sobre o futuro as divisas que esperava e não chegaram a concretizar-se”.

O resultado foi a “trágica herança” recebida pelo Governo Café Filho, consubstanciada no fracasso da política econômica e financeira do seu antecessor, “somente susceptível de ser encoberto por uma camuflagem semelhante à utilizada, com o mesmo propósito, em novembro de

1937”, mágica, entretanto, difícil de ser repetida, como os fatos demonstraram, ante os olhos atentos de uma platéia desconfiada.

O episódio é demasiado recente para que necessite ser analisado. Apontarei apenas que aquele simples “começo de reparação”, consubstanciado na Instrução n.º 70, bonificação de dez cruzeiros por dólar, concedida às cambiais de exportação, aproximando-as, naquela época, do seu valor real, coincidindo com um ano de boas safras agrícolas e sua valorização nos mercados externos, asseguraram à Bahia, em 1954, um dos melhores períodos para a sua economia, traduzindo-se num **superávit** de cerca de 2 300 milhões de cruzeiros, enquanto produzia, para a economia nacional, no comércio exterior, um saldo de 4 370 milhões, o maior por Estado, contraposto ao déficit da União de 12 270 milhões.

Mais uma vez, entretanto, a situação se deterioraria no ano seguinte. Indecisões na política cambial do Governo contribuíram para depreciar as cotações do cacau nos mercados externos, ao mesmo tempo que, apesar do aumento da bonificação que lhe era atribuído, o valor do dólar de exportação entrava novamente a distanciar-se violentamente do

“ ... o resultado foi a “trágica herança” recebida pelo Governo Café Filho, consubstanciada no fracasso da política econômica e financeira do seu antecessor, “somente susceptível de ser encoberto por uma camuflagem semelhante à utilizada, com o mesmo propósito, em novembro de 1937”... ”

custo do dólar de importação, com todos os habituais reflexos da alta deste último sobre os preços dos artigos da indústria nacional e os custos da produção. Ainda assim a Bahia apresentou no seu balanço comercial um saldo positivo de cerca de um bilhão e meio de cruzeiros, embora já no começo do ano de 1956 o relatório do Banco da Bahia sobre o exercício anterior previsse “perspectivas menos favoráveis para o ano em curso”, confirmadas no último relatório com a apuração de um deficit de 260 milhões e o cacau em baixa acentuada, de cerca de 60 dólares por saco em janeiro de 1955 para 31 dólares em dezembro de 1956, enquanto, das providências prometidas em seu amparo, o plano de recuperação da lavoura anda há nove meses de tropêço em tropêço até o de agora, com inesperada resistência à sua aprovação pelo Tribunal de Contas e o da sustentação do preço, afinal pôsto em prática, de algum modo prejudicado pela resistência do Sr. Ministro da Fazenda, acabou sendo menos interessante do que as vantagens prestamente concedidas ao café, sob a máscara de proteção aos tipos finos.

Pode, talvez, parecer que insisti demasiadamente, Srs. oficiais e estagiários, em mostrar-vos, a princípio em traços largos, as bases da antiga prosperidade baiana e os seus primeiros abalos, depois as causas da sua atual relativa decadência, amiudando a análise dos seus aspectos à medida que nos aproximávamos deste instante em que nos encontramos reunidos. Fi-lo, entretanto, muito de caso pensado, porque o trato que a vida pública e profissional me tem proporcionado nos mais elevados círculos políticos e econômicos me tem ensinado como geralmente são mal conhecidos e sobretudo mal interpretados os dados relativos à vida e aos problemas econômicos da Bahia, variando os julgamentos a êsse respeito entre a ilusão de uma riqueza atual que já não existe e a injusta presunção de uma falta de capacidade, que não ocorre, para o aproveitamento de uma fantástica riqueza potencial. Procurei,

assim, mostrar-vos que a Bahia soube aproveitar tão bem, como quem melhor o fizesse, as possibilidades de desenvolvimento, dentro dos padrões da época, que se encontraram ao seu alcance no período colonial; que a riqueza então acumulada sustentou, até o fim do Império, o brilho da Província, apesar da decadência das lavouras em que se baseava (açúcar, algodão e fumo), esvaindo-se, entretanto, sem que desse lugar ao nascimento da lavoura substitutiva do café, por falta de terras apropriadas e condições climáticas favoráveis; que o desenvolvimento da lavoura do cacau teria criado novas perspectivas de enriquecimento do Estado, com a conseqüente possibilidade de aplicação da poupança decorrente em benefício da sua economia, se o monopólio de câmbio, iniciado com a Revolução de 30 e até hoje mantido sob formas diversas, não houvesse representado uma perfeita espoliação dos recursos da Bahia, em benefício do Governo Federal, que desse modo obtém divisas baratas para atender às suas necessidades administrativas, ou mesmo à sua política econômica, geralmente traçada com absoluta insensibilidade para com os interesses do Estado e da sua população. Essa é a situação em que nos encontramos e

que nos conduz ao exame do terceiro item do nosso programa.

3. Necessidade de recuperação econômica da Bahia

A necessidade da recuperação econômica da Bahia impõe-se antes de tudo por considerações de justiça social. Numa das cartas que tive a oportunidade de trocar com os ilustres Diretores da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, a propósito da pretendida instalação, pela Reynolds Metais Co., de uma usina de fabricação de alumínio, utilizando energia de Paulo Afonso, referi-me, com emoção indistigável, ao estado de abandono e miséria em que vegeta a maioria da nossa população, que não pode ser apreendido em breves visitas, como a que realizais, encaminhadas de preferência para os pontos de maior desenvolvimento econômico, e nem mesmo chegam ao conhecimento das classes mais afortunadas do Estado, como os pacíficos e disciplinados alemães das localidades vizinhas desconheciam os horrores que se passavam no interior de campos como o de Buchenwald. Eu mesmo me perguntava a mim mesmo, naquela ocasião, se, ao assumir o Ministério da Educação e Saúde, no Governo Dutra, e ao empreender a



Figura 2 – Hidrelétrica de Paulo Afonso.

Fonte: Arquivo da Desenbahia.

“... as “casas”, onde “moravam” e viviam famílias, não tinham paredes que pudessem ser dedetizadas, mas apenas uma cobertura de palha, sustentada em quatro paus cortados ali mesmo, a facção, no mato circundante...”

campanha de combate à malária, que tive a felicidade de levar a bom termo, haviamo-nos defrontado, justamente na região de Paulo Afonso, com um obstáculo imprevisível e que, conforme observei, somente poderia ocorrer, como ficção, ao cérebro de Mark Twain, ou, seja, o de que as “casas”, onde “moravam” e viviam famílias, não tinham paredes que pudessem ser dedetizadas, mas apenas uma cobertura de palha, sustentada em quatro paus cortados ali mesmo, a facção, no mato circundante, como em Lapa, durante as romarias, osromeiros se abrigavam em cercados de garranchos, onde crianças de 11 e 12 anos eram não raro violentadas e contaminadas de moléstias venéreas, ingressando de tal modo na senda da prostituição; perguntava-me se encontrara, em média, a Bahia com quase 80% de analfabetos na sua população, havendo municípios onde essa cifra alcançava a 90% e as oportunidades de matrícula não chegavam a 10% das crianças em idade escolar, autorizando o raciocínio de que, a continuar essa progressão negativa, ao fim de algum tempo, nêles ninguém mais saberia ler; municípios, talvez em maioria, onde não havia um médico, um padre, devastados pela malária, o tracoma, a esquistossomose, a bouba e cujo excesso de população, não podendo retirar sustento da terra ressequida, embora às vezes fértil, se irrigada, corria a amon-

toar-se nas invasões e “avenidas de caranguejos” desta capital, quando não se aventurava à epopéia dos “paus-de-arara”, em busca das terras de promessa.

Não direi que tal situação não haja, sob certos aspectos, melhorado. Conseguimos dominar de tal modo a malária que, apesar das deficiências posteriores de vigilância, por diminuição dos recursos necessários, nenhum surto de gravidade voltou a ocorrer e os casos reaparecidos devem ainda ser encarados antes como problemas de clínica que de saúde pública; infelizmente não poderei dizer o mesmo do sucesso da campanha antituberculosa, cujo magnífico armamento, construído pelo Ministério da Educação e Saúde, Hospital de Tisiologia da Universidade, hospitais tisiológicos e dispensários, sofre, com exceção do primeiro, da diminuição dos recursos, que lhes haviam sido assegurados pelo Governo do Estado, mas foram desgastados pela inflação, deixando de aproveitar devidamente a grande oportunidade que lhes é proporcionada pelo aparecimento da Hidrazida e de novos antibióticos. Dos quarenta e tantos hospitais regionais construídos no interior do Estado, uma dúzia, se tanto, terá entrado em funcionamento, graças à Comissão do Vale do S. Francisco, cujos recursos são até hoje assegurados por dispositivo constitucional de minha autoria, ou por esforços conjugados do Estado de Municípios e de particulares. Os postos de puericultura e maternidades, da responsabilidade direta de associações particulares, geralmente dirigidos por beneméritas senhoras, têm de reduzir a sua ação pelo menor auxílio recebido do Departamento da Criança e da Legião Brasileira de Assistência, sobretudo se levada em conta a decadência do valor da moeda.

No setor da educação, somente a Universidade continua a receber do Governo Federal o cuidado que nela pusemos. O ensino supletivo de adultos e adolescentes analfabetos, que chegou a congregar mais de 100 mil alunos, num clima de extraordinário entusiasmo cívico, marcha pro-

gressivamente para a sua extinção, ou pelo menos para cada vez menor eficiência, enquanto as verbas destinadas à construção de prédios escolares, em vez de aumentar, diminuem, à proporção que se avilta o valor da moeda.

Para ser natural e progressiva, a melhoria dessas condições sociais deverá correr paralela com o desenvolvimento econômico. À proporção que este se for verificando, será então possível ao Poder Público ir diminuindo a sua ação assistencial direta. O que não se concebe é o Governo Federal descurar dêsse dever enquanto não somente não ajuda, porém dificulta, ou mesmo impede, aquêl desenvolvimento, do qual decorreriam, para o Estado e os particulares, recursos capazes de lhes permitirem o cumprimento do seu dever social.

Mas a recuperação econômica da Bahia não é apenas um imperativo de justiça social. É igualmente um imperativo da justiça e da conveniência política. Quanto à primeira, já vimos, no início desta exposição, como a invejável situação econômica do Estado vem sendo progressivamente destruída quer pelos erros da administração financeira da União, sobretudo a inflação em que nos debatemos, quer pela orientação consciente da sua política econômica, no sentido de promover em outras regiões um desenvolvimento industrial injustamente custeado pelos Estados, como a Bahia em primeiro lugar, produtores de gêneros

“ Dos quarenta e tantos hospitais regionais construídos no interior do Estado, uma dúzia, se tanto, terá entrado em funcionamento, graças à Comissão do Vale do S. Francisco...”

*“ Quanto ao
interêsse político,
ninguém oporá dúvidas à
conveniência de um
melhor equilíbrio no
desenvolvimento
econômico das várias
regiões do País,
permitindo um mais sadio
intercâmbio interno, com
correntes equilibradas de
comércio, em vez da
exploração colonial que
hoje se verifica... ”*

de exportação. Quanto ao interêsse político, ninguém oporá dúvidas à conveniência de um melhor equilíbrio no desenvolvimento econômico das várias regiões do País, permitindo um mais sadio intercâmbio interno, com correntes equilibradas de comércio, em vez da exploração colonial que hoje se verifica, o que tudo se refletirá num melhor equilíbrio federativo, em vez dos complexos de submissão e de revolta que tanto envenenam e prejudicam a política nacional.

Não me atrevera a falar perante professôres e alunos da Escola Superior de Guerra sôbre a importância dêsse desenvolvimento econômico do ponto de vista da segurança nacional. Lembrarei apenas que, quando D. João III resolveu fundar esta “fortaleza e povoação grande e forte”, escolheu êste lugar como “conveniente para dar favor e ajuda às outras povoações” e assim vem sendo há quatro séculos, a começar pela expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, a seguir pela resistência oposta à expansão dos holandeses e sua final expulsão de Pernambuco, pela debelação da revolução de 1817, pela tentativa de oposição ao movi-

mento de independência, vencida pela própria província em armas, pelos recursos econômicos e humanos fornecidos para as guerras do Prata e do Paraguai, pelo apoio dado, na última guerra mundial, às tropas encarregadas da defesa do Nordeste e a proteção dos comboios marítimos, pela importância atribuída à Base Naval de Aratu na hipótese de um novo conflito, como ponto de apoio para o contrôle da navegação entre o Norte e o Sul do País, costeando o nosso extenso litoral e pela função natural que nos deve ser atribuída de responder pelo abastecimento das guarnições do Nordeste, inclusive mantendo em boas condições as estradas de ferro e de rodagem que constituem o sistema Norte – Sul. Não avancarei, por outro lado, nenhum absurdo, dizendo que essa capacidade de defesa e ataque encontra-se diretamente relacionada com a capacidade econômica da região, cada vez, mesmo, mais relacionada com ela, à proporção que a guerra aumenta em complexidade e tecnicidade. E a triste verdade é que a Bahia que ainda em 1817 podia armar navios e tropas para, antecipando-se à ação do Governo Real do Rio de Janeiro, debelar a revolução pernambucana, que em 1822 sustentou, praticamente sozinha com os recursos dos seus senhores de engenho, a luta contra a divisão de Madeira e a esquadra lusitana, na última guerra apenas pôde, com imenso sacrifício da sua população, abastecer mal em gado as tropas sediadas em Recife e hoje em dia, com a projetada Base de Aratu a dois passos da Refinaria de Mataripe, que lhe poderá fornecer o óleo e a gasolina, do campo de gás natural de Aratu e dos fios da Hidro-Elétrica de Paulo Afonso, nem a Base avança na sua construção, nem os responsáveis por essas três fontes de energia mostram pressa de se colocar em posição de atender às suas necessidades.

Acabou-se, por outro lado, o tempo dos recrutamentos forçados. Além dos índices cada vez mais elevados de desenvolvimento físico e mental, para manejar as armas mo-

dernas, é necessário ao soldado a compreensão do conflito, a participação ideológica na causa que defende, o sentimento de solidariedade nacional, a convicção de que luta por alguma coisa digna de seu sacrifício que já não podem ser apenas as palavras sonantes, mas são, cada vez mais, a segurança da sua vida e de sua família, tanto do ponto de vista das liberdades fundamentais, como da sua situação material. Nem é de admirar que, com a experiência da última guerra, quando regimentos de negros se deixaram desmoralizar na linha de combate da Itália, perto de Pisa, a política americana haja enveredado firmemente no sentido de incorporá-los à vida da Nação, participando dos seus benefícios, transformando-se, dos metecos que até então tinham sido, em cidadãos conscientes da vantagem de lutar por um tipo de civilização em que se sintam integrados e de cujas conquistas se beneficiam.

Evitar que, na eventualidade de um novo conflito, a Bahia, que, ainda no Império, deu a maior contribuição humana para as guerras do Prata e do Paraguai, que, no princípio da República, pôs em xeque, com um punhado de sertanejos, os melhores batalhões do Exército, represente o mesmo papel desinteressante e marginal que lhe coube no último, já constitui um importante motivo para que se imponha o seu desenvolvimento econômico, único processo de criar cidadãos capazes de enfrentar na paz e na guerra as responsabilidades dos novos tempos. Mas a segurança nacional não é ameaçada apenas pelos inimigos externos. “A independência e a liberdade da Nação, procurei esclarecer, ao sustentar na Assembléia Nacional Constituinte de 1946 a emenda de minha autoria que se transformou no § 13 do Art. 141 da atual Constituição, a independência e a liberdade da Nação podem ser também ameaçadas por causas de natureza interna de dupla espécie, umas visando a sobrepor interêsses particulares ao interêsse geral da Nação e outras, que não serão mais do que a decorrência lógica das primeiras,

enfraquecendo a resistência nacional, no caso de agressão externa, com o fito da preponderância final de interesses particulares, porque a base do interesse nacional é, com efeito, o princípio da independência da Nação como um todo, dentro da sociedade internacional; da preponderância do seu interesse sobre o interesse de qualquer classe, grupo ou partido; do dever de todos os cidadãos de defendê-la ou, pelo menos, não criar obstáculos à sua defesa, quando em conflito com um poder externo”.

Bem estais a ver que me referia aos riscos da frente interna possível de ser criada pelo comunismo e bem sabeis, pelas advertências tantas vezes repetidas de homens de experiência e responsabilidade, que nenhum campo de cultura mais favorável ao surgimento do comunismo que o da pobreza, do atraso, do subdesenvolvimento. Não é que a miséria do povo o incline para formas avançadas de socialismo, antes pelo contrário, pois, nos termos da contradição marxista, o papel preponderante na evolução fatal para o socialismo deveria ser representado pelo desenvolvimento normal das forças produtoras. Comunismo, porém, é coisa diferente, é a negação dessa “teoria da espontaneidade”, do oportunismo, do “seguidismo”. É o estudo das condições ocorrentes, é o aproveitamento de uma situação internacional e interna favorável, para romper a frente do capital e acelerar o desfecho geral. E a frente do capital, ensinaram Lenine e Staline., “se romperá ali onde a cadeia imperialista fôr mais fraca, pois a revolução proletária, com a ditadura conseqüente, é o resultado da ruptura da cadeia da frente mundial imperialista no seu ponto mais fraco e pode ocorrer que o país (ou a região) que tenha começado a revolução, o país ou a região) que haja rompido a frente do capital, esteja menos desenvolvido no sentido capitalista que outros países (ou regiões) mais adiantados, os quais, não obstante, ainda se mantêm dentro do marco do capitalismo”.

A hipótese admitida pelos dois teóricos e executores do comunismo

ortodoxo demonstrou-se a regra geral. A frente democrática, que, do nosso ponto de vista, corresponde ao que chamam de “frente imperialista”, vem se mantendo inquebrantável nos países de mais alto padrão capitalista, enquanto, cedendo nos mais atrasados, recompõe-se com o estímulo ao seu desenvolvimento econômico, bastando citar-se; pela sua eloquência, os exemplos proporcionados pela aplicação do Plano Marshall. Assim também entre nós o ponto mais fraco da cadeia encontrou-se e partiu-se, em 1935, nas regiões empobrecidas do Nordeste, de tão grande importância, entretanto, como o conflito recente demonstrou, no quadro da estratégia mundial. E se o Plano Marshall, inclusive na sua modalidade atual, deve dar preferência a regiões mais próximas da linha de combate ideológico ou de beligerância provável, não se justifica que nós próprios não cuidemos de suprir a sua omissão no que nos diz respeito, reforçando os pontos fracos do nosso sistema de defesa.

4. Bases da recuperação econômica da Bahia

Conhecidas as razões da relativa decadência econômica baiana e admitida a necessidade nacional de sua recuperação, incumbe-nos examinar sobre que bases poderá ser ela conduzida, quais as condições favoráveis ou desfavoráveis que influirão no seu processo nos campos da agricultura, da pecuária, da mineração, da indústria e do comércio.

Não nos deixemos, nesse estudo, conduzir por juízos preconcebidos, otimistas ou pessimistas. Procuremos formar uma impressão tanto quanto possível exata dos elementos com que contamos, a terra, o clima, a mão-de-obra, a energia, o transporte, as condições técnicas, econômicas e sociais prevalentes, isso nos ajudará a equacionar o problema.

4.1. Agricultura e pecuária

Embora a maior parte da população baiana continue disseminada na zona rural e a agricultura e pecuária constituam a base da economia do Estado, não se deve supor que os

“ Conhecidas as razões da relativa decadência econômica baiana e admitida a necessidade nacional de sua recuperação, incumbe-nos examinar sobre que bases poderá ser ela conduzida, quais as condições favoráveis ou desfavoráveis que influirão no seu processo... ”

nossos 560 mil km² de superfície se prestam uniformemente ao exercício proveitoso dessas atividades, ou que as condições sociais as facilitem. Preliminarmente devemos ter em vista que não contamos na Bahia com nenhuma grande extensão homogênea e contínua de terras agrícolas, a exemplo do belt do café e cereais que vai do sul de Minas ao norte do Paraná, cobrindo a maior parte do Estado de S. Paulo, ou o pampa rio-grandense, ou a baixada aluvional de Campos. Aqui, do ponto de vista agrícola, existem “manchas” férteis, cada uma delas apropriada a determinado gênero de cultura, justapondo-se umas às outras, ou separadas por longos trechos de terras áridas ou semiáridas (serras, tabuleiros e caatingas), que impedem um povoamento contínuo e alongam dispendiosamente os meios de comunicação. Para agravar a situação, mais de metade do território do Estado se inclui no Polígono das Sêcas e como essa região é ladeira de terras úmidas, o deslocamento das populações em época de calamidade, hoje grandemente facilitado pelas estradas de rodagem e “paus-de-arara”, sempre se fêz sem os aspectos espetaculares e catrastrofícos que assume sobretudo no Ceará e sertões do Nordeste, não impres-



Figura 3 – As lavouras de cacau.

Fonte: <http://www.es.gov.br/site/files/arquivos/imagem/cacau069.jpg>. Acesso em 16/11/2009.

sionando conseqüentemente a opinião nacional, nem atraindo o interesse do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a não ser para pequenos serviços, dispersivos, demorados e ineficientes.

Não se suponha, entretanto, que toda essa área do Polígono seja contínua, ou absolutamente imprópria à agricultura. Em conseqüência das condensações provocadas pelas seras do Orobó, do Assuruá e outras, formaram-se nos contrafortes orientais das mesmas, como observou Teodoro Sampaio, regiões de alta produtividade em cereais ou propícias à pecuária, das quais a maior se estende, bem no centro do Estado, ao longo do ramal ferroviário de Itaberaba a Jacobina, regiões essas onde, entretanto, o fenômeno das sêcas periódicas tende a amiudar-se, talvez influenciado pelo desmatamento. Outras zonas extensas, nos vales dos rios Carinhanha, Verde, Corrente, Grande e Prêto, afluentes e subafluentes do S.Francisco, no próprio vale deste, notadamente no baixão de Irecê e em Curaçá e no chamado “nordeste” do Estado, constituem-se de excelentes terras calcárias, de alta produtividade nos invernos favoráveis e suscetíveis de

possibilitarem lavouras permanentes, desde que realizados trabalhos de irrigação, já em estudo para algumas delas. Nas condições atuais, entretanto, a irregularidade das estações, associada ao índice elevado de evaporação, constitui obstáculo insuperável a qualquer empreendimento de maior vulto no próprio “Polígono das Sêcas”, mas sobretudo na faixa mais próxima da costa, em sentido contrário, – o excesso de chuvas, com os mesmos resultados catrastrofícos e mais difíceis ainda de evitar ou corrigir. A alta precipitação na zona do Recôncavo, por exemplo, normalmente em tórno de 1.500 milímetros, torna difícil a criação, ou mesmo a simples manutenção do gado de trabalho, durante o período do inverno, embora a excelência das pastagens no verão, enquanto a própria lavoura de cana, tradicionalmente radicada na região, torna-se, por vêzes, ruínoza, quando um verão chuvoso se intercala entre dois fortes invernos, como sucedeu com o último, elevando a precipitação a índices amazônicos ou malaios em tórno de 2.500 milímetros. Mesmo uma lavoura dependente de alto teor de umidade, como a do cacau, cujo belt se localiza na par-

te centro-meridional do Estado, não raro sofre pelo excesso de chuvas, que exacerba as pragas endêmicas na Região.

Não são, assim, de admirar a grande instabilidade das safras baianas ou as crises periódicas que atravessa a pecuária, repercutindo no movimento comercial, nas rendas tributárias e nos índices de poupança, com o resultado de um progresso econômico intermitente, com avanços e retrocessos, êstes últimos às vezes calamitosos, como sucedeu há pouco tempo com a grande sêca de 1952/53.

4.1.1. O cacau

Quando se fala em termos econômicos sôbre a Bahia, pensa-se logo no cacau, o seu grande produto de exportação, representando 96% da produção nacional e 18 a 20% da produção mundial. Na parcela ostensiva da renda nacional produzida pela Bahia, cêrca de 25 bilhões em 1955, e mesmo na parcela ostensiva da renda agrícola de mais de 10 bilhões, o cacau entrou, entretanto, apenas com cêrca de 4 bilhões. A sua importância na vida econômica do Estado adquire excepcional vulto, porém, pelas maiores margens de lucro que proporciona tanto aos produtores como aos manipuladores do seu comércio de exportação, possibilitando, sobretudo nos anos de boas safras ou de bons preços, substanciais poupanças que, quando não desvia-

“ Não são, assim, de admirar a grande instabilidade das safras baianas ou as crises periódicas que atravessa a pecuária, repercutindo no movimento comercial, nas rendas tributárias e nos índices de poupança... ”

das para gastos supérfluos ou investimentos fora do Estado, *vão* estimular outros setores econômicos, já que a própria limitação da zona cacauieira, o padrão modesto das instalações e o caráter primitivo do trabalho não permitem a sua integral absorção por ela própria.

A exemplo do que se diz do café para S. Paulo e Paraná, do açúcar para Pernambuco e Alagoas, também na Bahia já se formou a impressão de que, “quando o cacau vai bem, tudo vai bem”. O que é, realmente, um fato, se entendermos por “tudo” o bem-estar econômico das regiões supridoras da zona cacauieira, a folga das finanças do Estado e as melhores oportunidades para quantos, direta ou indiretamente, se beneficiam com essa folga ou com o maior movimento comercial da exportação. Não é desejável, entretanto, que assim continue a ser. Conforme tive oportunidade de observar no relatório do Banco da Bahia relativo ao exercício de 1955, a importância relativa do cacau no conjunto da economia baiana já se torna perigosa, na hipótese de um declínio exagerado de preços, como agora mesmo estaria ocorrendo, não fôsse a lúcida e corajosa intervenção da Carteira do Comércio Exterior, por felicidade entregue, no momento, a um profundo conhecedor da economia cacauieira, o baiano Inácio Tosta Filho. O progresso firme e contínuo da Bahia exige a constituição de outras lavouras capazes não-somente de proporcionar um maior equilíbrio à sua economia, como, sobretudo, criar uma base sadia para sua industrialização, sem os defeitos já largamente apontados no processo da industrialização nacional.

Não se entenda, pelo que acabo de dizer, que devemos desinteressar-nos do aproveitamento, até onde seja economicamente vantajoso, das condições favoráveis que têm permitido à Bahia manter firmemente, por um longo período, a sua respeitável posição de produtora, tanto no País como no conjunto mundial. Não parece, entretanto, igualmente defensável, quando a exploração intensiva do petróleo no Recôncavo baiano

e o desenvolvimento industrial que a energia de Paulo Afonso e a Refinaria de Mataripe forçosamente criarão prometem ampliar enormemente as necessidades do mercado consumidor em torno desta capital, se pretenda estimular, pela propaganda oficial e pelo financiamento, a lavoura cacauieira na própria área do Recôncavo, região tradicionalmente responsável pelo abastecimento em gêneros alimentícios do mercado de Salvador e a mais indicada para a instalação de granjas capazes de modernizá-lo e atualizá-lo; a não ser que se deseje acabar, de vez, com a indústria do açúcar, já tão perseguida pela incompreensão dos órgãos federais e pela irregularidade das estações e cuja disponibilidade atual de matéria-prima, já não atendendo à capacidade das usinas nem às necessidades do consumo, ainda mais se reduzirá com a concorrência de uma lavoura mais rendosa e melhor amparada. Mesmo na região do sul do Estado e onde as terras já não sejam de primeira ordem para o cacau, deve considerar-se o inconveniente de insistir na produção de gênero de exportação, cujo valor é em grande parte confiscado pelas manipulações de câmbio do Governo Federal, e sofrerá, dentro em breve, a redobrada concorrência do mercado único euro-africano, em vez de artigos destinados ao mercado interno, protegido por essas mesmas manipulações e pelas tarifas em processo de forte agravação, como, por exemplo, a borracha de seringueira, cultura perfeitamente adaptada à orla das terras ótimas para o cacau e onde as plantações deste último já não se apresentam com a mesma produtividade.

4.1.2. Fumo, café, mamona e sisal

Dos quatro produtos agrícolas de exportação que, em seguida ao cacau, mais fortemente contribuem para o saldo do comércio exterior da Bahia, os dois primeiros são lavouras tradicionais desde a colônia, os dois últimos, sobretudo o sisal, trazem iniciativas recentes, com ótimo resultado. Mantendo integralmente, no mercado europeu e no

“ A mamona, cultura de alguns decênios, ambientou-se bem na Bahia, maior produtora do País, mas, sendo cultivada sobretudo nas terras calcárias do Polígono das Sêcas, suas safras são violentamente influenciadas pela irregularidade das estações... ”

nacional, o conceito da sua excelente qualidade para a fabricação de charutos, falhou, entretanto, o fumo baiano na conquista do mercado de cigarros, perdendo, conseqüentemente, a Bahia para o Rio Grande do Sul, o título de maior produtor nacional. O café, cuja lavoura decairia progressivamente, até quase desaparecer, pela menor produtividade das terras cansadas, encontrou novas possibilidades com a melhoria dos preços, a implantação de métodos mais racionais de cultura e a abertura de zonas novas na região do sudoeste, subindo em poucos anos o saldo exportável de 20 a 200 mil sacas. A mamona, cultura de alguns decênios, ambientou-se bem na Bahia, maior produtora do País, mas, sendo cultivada sobretudo nas terras calcárias do Polígono das Sêcas, suas safras são violentamente influenciadas pela irregularidade das estações, bem como pela variação dos preços internacionais, complicados pelas operações do subfaturamento, processo do qual a recente instalação da grande fábrica de óleo da Sanbra nos autoriza agora a esperança de sairmos. O sisal, finalmente, é, no momento, a mais promissora cultura baiana, tendo a sua produção saltado em cinco anos, de 5 a 20 mil toneladas, embora os preços não subsistissem na mesma proporção, se con-

“ O algodão,
inteiramente abandonado
dos poderes públicos,
quanto à distribuição
de sementes, campos
de experimentação e
seleção, vive ao
sabor das estações
e da rotina... ”

siderados os índices de desvalorização da moeda.

Embora haja representado no ano de 1956 um total de mais de 26 milhões de dólares (equivalente ao de toda a exportação de minério de ferro do País) e de 1.350 milhões de cruzeiros (sem contar o consumo do mercado interno, notadamente de fumo, café e mamona), o produto dessas quatro lavouras, sobretudo a do fumo, a mais importante delas e com razão considerada, como a de mandioca, “lavoura do pobre”, é quase todo absorvido na manutenção do baixo padrão de vida dos pequenos produtores e pequenos intermediários do interior, ou na ampliação das lavouras de café e sisal, apenas deixando uma razoável margem de poupança nas mãos dos exportadores, algumas vezes engrossada, a princípio, pelas operações compensadas e, mais recentemente, pelas mudanças de categorias, sempre inoportunas do ponto de vista do produtor. Beneficiário, por força do confisco cambial, de cerca de 50% do valor bruto dessas exportações, nenhuma assistência presta o Governo Federal a essas atividades, tendo, ao contrário, destruído grande parte da indústria de charutos e lançado à miséria milhares de operários, por meio de impostos absurdos e pela intervenção desastrosa, durante a guerra, numa das maiores fábricas locais, sob pretexto de ser controlada por alemães, embora de longa e comprovada fidelidade ao Brasil. Da parte do Estado apenas o Instituto

de Fumo realiza uma pequena ação de natureza técnica, sem extensão nem profundidade, e sem que os problemas fundamentais da propriedade da terra, da educação do plantador e da adubação generalizada sejam devidamente enfrentados.

4.1.3. Açúcar, algodão, mandioca e cereais

Lavouras tradicionais, fortemente integradas nos hábitos de grandes setores da população rural e destinadas ao abastecimento interno, o produto de todas essas culturas oscila violentamente ao sabor da irregularidade das estações, todas elas sendo susceptíveis de grandes prejuízos tanto pela falta como pelo excesso de chuvas. Embora sejam todas de ciclo curto, podendo, portanto, ser recompostas com facilidade depois de uma estação desfavorável, a agro-indústria do açúcar se mostra particularmente sensível aos efeitos dessas catástrofes periódicas, uma das quais agora mesmo a ameaça, pelos grandes capitais investidos na sua exploração, as elevadas despesas de custeio, a desorganização do trabalho pela morte dos bois de tração, as garantias asseguradas aos seus operários e a falta de financiamento apropriado, que só agora lhe começa a ser prestado, em proporções moderadas, pelo Instituto do Açúcar e Alcool e pelo Banco do Brasil. A consequência foi uma redução drástica no número de usinas, que baixaram de 20 a 10, algumas se incorporando entre si, outras simplesmente apagando as caldeiras por não poderem mais suportar os prejuízos, uma delas posta fora de combate pela ocupação militar de suas terras pelo Conselho de Petróleo, impossibilitando o trabalho rural.

Ainda assim as usinas remanescentes conseguiram penosamente reequipar-se, alcançando um nível agrícola e industrial satisfatório e obtendo uma produção de cerca de um milhão e duzentas mil sacas, mais ou menos estabilizada em épocas normais, porém incapaz de atender às crescentes exigências do consumo.

O algodão, inteiramente abandonado dos poderes públicos, quanto

à distribuição de sementes, campos de experimentação e seleção, vive ao sabor das estações e da rotina, apenas se beneficiando por tabela das medidas de defesa econômica provocadas pelas reivindicações cíclicas dos agricultores paulistas. Do mesmo modo a cultura de cereais, estimulada durante o governo Landulfo Alves pela construção de uma pequena rede de silos, estacionou no nível então alcançado, quando as estações são favoráveis, lutando, ainda assim, com grandes dificuldades de transporte e apenas mantendo certo rendimento estável as culturas dos brejos e pequenas áreas irrigáveis, enquanto não se realizam os grandes projetos de irrigação da Comissão do Vale do S. Francisco para as terras calcárias do Rio Grande e do Corrente.

A mandioca é a grande “lavoura do pobre”, com as mesmas características sociais e muito maior extensão do que a do fumo. Adotada diretamente da cultura indígena, pelos colonizadores portugueses, que nela viram, com entusiasmo, um sucedâneo para o trigo e abasteciam com a sua farinha os navios destinados ao longo périplo da Índia, continua a ser cultivada com a mesma técnica primitiva, em pequenas roças individuais, sob regime de parceria ou arrendamento da terra, sendo raras as explorações de maior vulto, onde o arado intervém. Segundo os dados do I.B.G.E., que me parecem exagerados, a sua produção alcançaria cerca de 40 milhões de sacas, representativas de cerca de 17% da produção do País e valendo, aos preços atuais, mesmo reduzida à metade, cerca de três bilhões de cruzeiros. É, entretanto, uma lavoura de manutenção, na sua maior parte consumida, pelos próprios produtores ou habitantes da vila ou arraial em cuja feira é vendida, sendo praticamente nula a poupança dela decorrente.

Desacreditada, durante certo tempo, como alimento e injustamente responsabilizada pelo depauperamento das populações rurais, de cuja sobrevivência, contra a carência de proteínas e as endemias, veio, afi-

“ ... a mandioca
vê agora alargadas as
suas possibilidades com o
aproveitamento do extrato
sêco de suas fôlhas,
ramos e caules para
rações humanas e
animais da melhor
qualidade... ”

nal, a ser reconhecida como a benemerita autora, a mandioca vê agora alargadas as suas possibilidades com o aproveitamento do extrato sêco de suas fôlhas, ramos e caules para rações humanas e animais da melhor qualidade, conforme experiências levadas a cabo por institutos americanos na região do Caribe. Perseguida pela saúva, que chegou a receber o cognome de “formiga de mandioca” e reduz, talvez, a menos da metade a sua produtividade, justificando uma campanha no gênero da que, como Ministro, tive oportunidade de lançar contra a malária, a mandioca poderia, associada à cultura do fumo, dos cereais e da mamona e à pequena pecuária, constituir a base para uma grande obra de reforma agrária e social realizada através da distribuição da terra, da assistência técnica e financeira, da defesa sanitária e da educação rural. Enquanto não surge o reformador capaz de empreendê-la, a poupança possibilitada ao agricultor por essas lavouras precárias pouco excederá do investimento na criação, sabe Deus como, dos filhos, dois por três dos nascidos, metade dos quais, alcançada a idade de trabalhar, emigram para S. Paulo, para o Paraná ou para o Rio, transportando, com a sua rudimentar capacidade de trabalho, o fruto dos sacrifícios e privações dos que os antecederam.

4.1.4. Côco, dendê e seringueira

Duas lavouras novas, impostas pelas exigências da indústria nacio-

nal e dificuldades cambiais, iniciam-se em bases técnicas modernas e autorizam a expectativa da criação de interessantes fontes de riqueza. O dendê, cujos óleos são utilizados na produção de chapas de aço, na indústria de gorduras alimentícias e na de artigos de toilette, e a seringueira, cujo latex complementar a produção de borracha da Amazônia, já cobrem, “em plantações novas, grandes áreas dos municípios do sul do Estado, não-somente plantados pelas Indústrias Reunidas Mattarazzo e a Firestone, mas também por particulares, que talvez reproduzam, em breve tempo e com resultado semelhante, a epopéia do cacau. Paralelamente à do dendê, a cultura do côco, muito estimulada no governo Landulfo Alves, ainda tem possibilidades de desenvolver-se, aprofundando-se mais as plantações nas regiões favoráveis, como foi realizado de Alagoas para o Norte.

4.1.5. Produtos vegetais da indústria extrativa: carnaúba e piaçava

A destruição das reservas de ouricuri, pela exploração exagerada ou a expansão das pastagens, deu novo incremento à produção de cêra-de-carnaúba, engrossada com as entradas do Ceará e do Piauí, por vantagens comerciais, nenhuma melhoria se verificando, entretanto, nos carnaubais baianos do S. Francisco, nascidos nas veredas ao tempo em que nelas não pastava o gado e apenas poupados pelos proprietários mais esclarecidos, ao contrário do que sucede no Ceará, por exemplo, onde são protegidos por cercas e replantados. A exportação para o estrangeiro atingiu em 1956 a 42 milhões de cruzeiros, enquanto a de Piaçava, extraída das reservas nativas nas costas arenosas do sul do Estado, alcançou 67 milhões.

4.1.6. Pecuária

Segundo as estatísticas do Ministério da Agricultura, os rebanhos baianos excediam, em 1954, doze milhões de cabeças, sendo 4.600 mil bovinos, e 1.600 mil entre equinos, asininos e muares, 2.310 mil porcos, mais de 2 milhões de cabras e de

1.600 mil ovelhas. A verdade, entretanto, é que, com exceção do gado vacum, o produto de todos êsses outros rebanhos, alguns dêles, como os de caprinos e ovinos, dos maiores do País, circula dentro dos limites de uma economia muito primitiva, abatidos e consumidos nas próprias fazendas e vilas, apenas se destinando a operações comerciais de maior expressão a parte das peles que não é utilizada pelo artesanato local. O mesmo se poderá dizer da criação de aves, estimada em cêrca de 7 milhões de cabeças e cuja produção de ovos atinge um valor de quase meio bilhão de cruzeiros. “

O gado vacum, entretanto, já representa uma riqueza concentrada, a única no momento, dentre as atividades agropecuárias, capaz de acompanhar o cacau como fonte de poupanças susceptíveis de reinvestimentos vantajosos. Sôbre os grandes rebanhos de gado pé duro, curraleiro ou catingueiro, produto do desenvolvimento espontâneo dos primitivos currais fundados pelos primeiros colonizadores, começaram a implantar-se, no comêço do século, as sementes de gado indiano importado por fazendeiros do Recôncavo e que, a pouco e pouco, se fôram estendendo para os vales do Inhambupe, do Itapicuru, para o chamado “sertão médio”, que vai de Feira de Santana a Itaberaba e Jacobina e finalmente para o “alto sudoeste”, onde o Indubrasil e o Nelore encontraram as condições magníficas de clima, de água e de pastagens para o seu desenvolvimento.

A mais antiga tradição baiana, ligada ao gado indiano, é a da criação de raças puras, – o Nelore, o Gyr e o Gurzerat, cujos plantéis no Estado foram tenazmente defendidos por criadores apaixonados, contra a onda de Indubrasil que, num certo momento, ameaçou submergi-los e hoje se contam entre os mais valiosos do País, constantemente procurados os seus produtos para renovação do sangue dos plantéis dos criadores do Sul. O Indubrasil, havendo vencido na quantidade e só agora começando a ceder terreno para o Nelore, reputado mais rústico e de

“ A produção anual de 200 mil bois gordos do alto sudoeste, no valor atual de um bilhão de cruzeiros, é em parte consumida nos próprios municípios da região, com perda total dos subprodutos... ”

melhor conformação, deu origem, entretanto, também, a magníficas seleções de reprodutores, sobretudo na zona do “sertão médio”, acentuando-se a tendência, estimulada pela ação educativa do Instituto de Pecuária e das exposições nacionais para a formação de um tipo de gado de corte, sem a preocupação dos estigmas raciais, sobretudo orelhas, de princípio tão apreciados.

Infelizmente essa imensa riqueza está sendo mal aproveitada e mesmo malbaratada. A produção anual de 200 mil bois gordos do alto sudoeste, no valor atual de um bilhão de cruzeiros, é em parte consumida nos próprios municípios da região, com perda total dos subprodutos, enquanto outra parte é enviada para as fazendas de engorda do sertão médio, em longas caminhadas nas quais perdem de 3 a 4 arrôbas, para serem ali recuperados e enfrentarem novas caminhadas para o mercado da capital, com nova perda das mesmas 3 ou 4 arrôbas. Sobre 40 mil bois que fazem essa dupla viagem, o prejuízo pode ser estimado em 120 milhões de cruzeiros por ano. Outros 40 mil provenientes do sertão médio elevam-no a perto de 200 milhões, sem contar a perda dos subprodutos pelo mau aparelhamento do matadouro da capital. Enquanto isso, a Bahia importou, em 1956, de outros Estados, especialmente do Rio Grande do Sul, quase 17 mil toneladas de charque, no valor de 598 milhões de cruzeiros.

A grande predominância, nas fazendas, do gado de corte, que se

transporta com os seus próprios pés, embora com o prejuízo que vimos, não tem permitido, ao contrário do que ocorreu em Minas, a criação de uma indústria de laticínios, da qual têm surgido apenas tentativas de reduzida expressão. O próprio abastecimento de leite da capital nunca chegou a ser organizado, evoluindo das antigas imundas cocheiras nas roças da zona urbana para a coleta, nas lindes do Recôncavo, por pequenas usinas de pasteurização e de resfriamento, incapazes de satisfazer às necessidades do consumo, em grande parte suprido pelo leite em pó.

4.2. Mineração

Grande parte da área central do território baiano é continuação da série das Lavras, de Minas Gerais, com manifestações de variados minérios, entretanto, em geral, mal estudados e inexplorados. As catas de ouro aluvional, rios cursos do rio de Contas e do Itapicuru, acham-se de há muito tempo esgotadas, o mesmo se podendo dizer das de diamantes e carbonatos do Jequitinhonha e das Lavras Diamantinas. Continuam, entretanto, em plena produção as de águas-marinhas, turmalinas e berilos em Conquista, Itambé e municípios vizinhos, bem como as lavras de cristal de rocha nessa mesma região e na de Campo Formoso, sobretudo quando as tensões internacionais provocam desusada procura e valorização correspondente.

O ferro foi encontrado nos arredores de Jequié, a pequena distância da costa, mas a sua exploração considerada de pequeno interesse econômico. O manganês explorado durante as duas guerras na região de Nazaré e no sertão de Jacobina, e agora surgente em grandes jazidas, na de Urandi, luta com dificuldades de transporte ferroviário, impeditivas de maior desenvolvimento. Uma das melhores jazidas de cromo do País situa-se também na região de Jacobina e próximo dela uma grande jazida de cobre, conhecida há mais de 50 anos e cuja exploração foi dificultada pela falta de água, e atualmente objeto de estudos pelos grupos Pignatari e José Ermirio de

Moraes, com base nas novas possibilidades abertas pela energia de Paulo Afonso, A baritina foi encontrada numa ilha da Bahia de Marauí e está sendo regularmente extraída e embarcada em navios que fundeiam na boca da mina, localizando-se na mesma região um depósito ainda não explorado de gipsita. As mais interessantes jazidas em exploração ativa são, porém, as de magnesita e de talco, no município de Brumado, as quais, lutando com indescritíveis dificuldades de transporte, fornecem toda a matéria-prima calcinada para a indústria de refratários básicos que abastece a siderurgia nacional e grande parte do talco usado pelas indústrias de perfumaria, de produtos farmacêuticos, de tintas e de pneumáticos, e poderiam realizar grande exportação se dispusessem de transporte; e, próximo a elas, as jazidas de chumbo, no município de Macaúbas, que exportam minério bruto por caminhões para S. Paulo, enquanto se constrói uma usina de concentração no local e a Prest-o-Lite, monta uma fábrica de placas de baterias em Sto. Amaro.

Essa amostragem de minérios valiosos apontando aqui e acolá, por todo o território do Estado, inclusive o caulim em Camaçari, a bauxita em Correntina, o cobre em Maragogipe, o chumbo em Lapa, indica as possibilidades do Estado no campo da mineração, sobretudo se se considera que tudo o que se conhece a respeito é resultante de descobertas feitas por acaso, ou por simples curiosos, sendo absolutamente nula a ação do Departamento Nacional da Produção Mineral, a não ser para a função burocrática de receber os manifestos e autorizar as pesquisas e lavras.

4.2.1. Petróleo

Nula a contribuição do D.N.P.M. no que se refere à pesquisa de minérios no Estado, a sua ação tornou-se simplesmente calamitosa para a economia baiana, no particular do petróleo. Na década de 30, quando a consciência nacional, capitaneada, com todos os defeitos da improvisação, por Monteiro Lobato, começa-



Figura 4 – Início da exploração de petróleo na Bahia

Fonte: Acervo fotográfico da Petrobrás.

va a insurgir-se contra o dogma, impôsto pelos técnicos americanos a serviço do Ministério da Agricultura, da inexistência do petróleo no Brasil, um particular baiano, Oscar Cordeiro, pretendeu haver descoberto uma exsudação de óleo na região do Lobato, nos limites da zona urbana do Salvador. Sem recursos para empreender a prospeccão, sem capacidade para levanta-los, sem outra arma senão a sua tenacidade e fé na descoberta, movimentou a imprensa, articulou-se na campanha de Monteiro Lobato e por fim conseguiu interessar o Governador do Estado, o hoje Senador Juracy Magalhães, na averiguação da verdade que pudesse haver na sua pretensão. Um técnico dos mais conceituados do Departamento Nacional da Produção Mineral, solicitado pelo Governador, veio à Bahia, visitou o local e pronunciou o seu julgamento: tratava-se de um caso de polícia, a pretensa exsudação de petróleo não passando de óleo derramado num local onde absolutamente êle não poderia surgir, pela proximidade do cristalino, aflorando numa pedreira próxima.

Com essa manifestação do técnico oficial o Governador desviou o seu interesse para a industrialização

da turfa de Maraú, que não chegou, aliás, a levar a cabo pela interrupção do seu governo com o golpe de Estado de 10 de Novembro de 37. Sob a pressão nacionalista, estimulada pela perseverança de Oscar Cordeiro, o Ministério da Agricultura resolveu-se entretanto a mandar uma pequena sonda para o Lobato, com a qual foi encontrado o petróleo a cerca de 300 metros de profundidade. No intervalo, porém, ocorrera o Estado Novo, possibilitando ao Chefe do Governo, por uma das suas “discricionadas nas constitucionais”, reservar ao Governo Federal o monopólio da pesquisa e exploração do petróleo em toda a área sedimentaria que vai da Baía de Todos os Santos até o baixo S. Francisco, primeiro passo para o monopólio presentemente conferido à Petrobrás.

Conduzidas a pesquisa e a exploração a principio pelo Conselho Nacional do Petróleo e depois pela Petrobrás, foram sendo sucessivamente descobertos os campos de gás natural e de óleo de Aratu, de Itaparica, de Candeias, de D. João, de Paramirim, de Catu, de Pojuca, de Mata, dos quais já se extraem hoje cerca de 30 mil barris diários, susceptíveis de serem imediatamente aumentados para 40 mil, desde que se

conclua a construção do novo pipeline. Apenas uma reduzida parte desse petróleo, cerca de seis mil barris, é refinado, como sabem os senhores, na pequena refinaria de Mataripe, destinando-se o restante à refinaria de Cubatão.

Não houvesse o técnico do Departamento Nacional da Produção Mineral orientado o Governador do Estado por um caminho errado e a descoberta do petróleo seria fatalmente um feito do Governo estadual, livre, na época, em pleno regime constitucional, de realizar a sua exploração, inclusive atraindo capitais estrangeiros. Na base de 50% do valor do óleo extraído que é quanto pagam as companhias concessionárias na Venezuela e no Oriente-Próximo e calculando a 3 dólares o barril, a Bahia poderia estar, há muito tempo, recebendo 60 mil dólares por dia, em vez dos mesquinhos seis mil dólares que com grande custo foram obtidos da Petrobrás por esforço parlamentar do Deputado Lafayette Coutinho. Melhor ainda, esse petróleo poderia estar sendo todo refinado localmente, aumentando a participação do Estado no seu valor e dando ensejo ao nascimento de uma indústria petroquímica, ou ser exportado para destinos que o valorizassem, em vez do desperdício de utilizá-lo em refinarias sem condições para aproveitar a sua,

“ ... calculando a 3 dólares o barril, a Bahia poderia estar, há muito tempo, recebendo 60 mil dólares por dia, em vez dos mesquinhos seis mil dólares que com grande custo foram obtidos da Petrobrás por esforço parlamentar do Deputado Lafayette Coutinho... ”

qualidade parafínica. Poder-se-ia evitar, também, o desperdício de, para forçar a produção, por uma questão de propaganda, estar se queimando uma fortuna em gás natural, por falta de equipamento apropriado para reinjetá-lo nos poços, se não possível ou aconselhável o seu imediato aproveitamento em fins industriais, como, por exemplo, a produção de fertilizantes, ou mesmo do “negro de fumo” para a indústria de pneumáticos, acabando-se com o espetáculo doloroso das chamadas imensas que iluminam os céus, de Mata a Catu.

Somente a má-fé levaria a contestar o grande impulso dado pela Petrobrás à exploração do petróleo na Bahia. Novos campos foram descobertos, as perfurações se fazem em ritmo acelerado, as turmas de geofísica espalham-se por toda a área sedimentar, pipe-lines e terminal de embarque foram construídos rapidamente. Seria, entretanto, de desejar uma melhor consideração, de sua parte, ao interesse baiano. A ampliação da refinaria de Mataripe capaz de absorver a produção atual dos poços do Recôncavo e transformar a sua parafina em lubrificantes, para atender às necessidades de todo o Brasil, vai se levando descansadamente, calculando-se que esteja em funcionamento em fins de 1959, retardando-se conseqüentemente o início da indústria petroquímica a que deverá dar lugar, quando o que se impunha era ser submetida a um esforço de guerra, que acelerasse a sua instalação. Enquanto isso, para que se alcancem rapidamente as metas do programa do Governo Federal, o rico óleo baiano é enviado para Cubatão,⁸ onde a sua qualidade é mal aproveitada e cria problemas aos consumidores de óleo combustível e ao pipe-line da Santos-Jundiaí. Para resguardar a possível conveniência de injetá-lo nos poços de petróleo, os poços de gás natural de Aratu, em que pese a imensa reserva que constituem, juntamente com os de Mata, são trancados a qualquer nova indústria que ali se pretenda instalar, inclusive a Nitrogênio S.A., apesar da prioridade ab-

soluta concedida às indústrias de fertilizantes, enquanto, de Mata e Catu, o gás se queima à vontade, para manter alta a produção de petróleo dos campos desses municípios e de Pojuca. Os padrões elevados de salários e a abundância de mão-de-obra utilizada, em moldes de custosa organização paramilitar, desorganizam as condições de trabalho local, o que é agravado pela arbitrariedade com que as turmas de geofísica, contratadas com companhias estrangeiras especializadas, arrasam com os seus tratores as estradas da região e as pequenas propriedades de roceiros analfabetos, que não sabem para quem apelar.

Petróleo é isso, não de muitos dizer, não tem coração, e não há mais que acompanhar a marcha da sua exploração pelo mundo, o esmagamento dos fracos que se encontrarem no caminho, para que o seu fluxo vá produzir riquezas à distância. Mas os seus resultados também estão aí a olhos de ver, na reação violenta iniciada no México, ameaçando incendiar o mundo no Oriente-Próximo. Não foi para implantar os mesmos métodos que verberamos nos trustes internacionais e que ainda mais graves seriam se aplicados por um órgão estatal contra a própria nação, que adotamos a fórmula em vigor da exploração do petróleo brasileiro. Há que refletir nesse ponto, antes que a tensão se torne insuportável e fazer da exploração do óleo também um motivo de bem-estar local. Esse é o voto dos que, como eu próprio, sempre estiveram ao lado da solução nacionalista, embora receiem a má influência do Estado na administração de empresas industriais, mais cedo ou mais tarde susceptível de se manifestar.

4.3. Indústria

Poder-se-ia dizer que a indústria brasileira nasceu na Bahia e em Pernambuco, com os engenhos de açúcar, dos quais o primeiro movido a vapor foi instalado na fronteira ilha de Itaparica. Conforme vimos,

**“ ... a Bahia
acompanhou o movimento
geral do País, embora o
surgimento simultâneo da
nova riqueza agrícola
representada pelo cacau
desinteressasse os
governos estaduais... ”**

ao tempo do Conde dos Arcos já dispúnhamos de uma fundição militar, trabalhando também para as necessidades civis e a construção naval adquire tal desenvolvimento que lançava ao mar navios armados de grande porte, com os quais foi possível dominar a revolução pernambucana de 1817.

Na transformação da indústria açucareira, pela instalação das usinas centrais turbinadoras, a Bahia acompanhou o movimento geral do País, embora o surgimento simultâneo da nova riqueza agrícola representada pelo cacau desinteressasse os governos estaduais de amparar aquela, como procederam os de Pernambuco, quando a crise se acentuou, evitando a sua decadência. No início da indústria de tecidos, as fábricas baianas emparelhavam com as melhores do País, destacando-se uma delas, fundada por Luiz Tarquínio, pela sua ímpar organização social. Entretanto o presente industrial da Bahia não corresponde a esse passado, embora o seu futuro seja promissor.

O fato se explica por um conjunto de razões. Ao se processar, durante a Guerra de 14, o primeiro surto industrial do Brasil, já o eixo econômico do País se deslocara para o Sul, graças às grandes poupanças produzidas pela lavoura do café, achando-se ali concentrados, sobretudo em São Paulo e no Rio, os principais mercados de consumo, as maiores disponibilidades de capital, uma cer-

⁸ Posteriormente, foi iniciada a exportação do óleo, em face da dificuldade de ser usado nas refinarias do Sul.

ta abundância de energia elétrica e *last but not the least*, uma razoável quantidade de mão-de-obra especializada, ou semi-especializada, recrutável entre os emigrantes com alguma experiência industrial. Foi esse o núcleo que, reivindicando, nos anos que se seguiram, crescente proteção, a princípio por meio de tarifas aduaneiras, depois por financiamentos e medidas cambiais ou de controle das importações, traçou os rumos do atual processo industrial brasileiro, tão cheio de contradições, embora, sob muitos aspectos, extraordinário.

Difícilmente poderia a Bahia seguir esse movimento não só porque lhe faltavam todos aqueles elementos como porque as características impressas na alma do seu povo por uma longa tradição dificultavam o surgimento de iniciativas ousadas no campo do desenvolvimento material. As origens jesuíticas da cultura baiana estabeleciam, com efeito, como padrão de inteligência, a habilidade retórica, as louçanias do estilo, exigíveis mesmo nos médicos e engenheiros, sem embargo de uma fase áurea da medicina experimental. A tradição de metrópole, de cuja situação fôra apenas formalmente privada com a mudança da capital, mas cujo status praticamente conservava, como vimos, até o fim do Império, somente sendo dele progressivamente desapossada com a consolidação do regime republicano, criara, no subconsciente das suas elites dirigentes, uma confiança absoluta na ação política como fonte do poder, exaurindo-se as energias do Estado numa luta sem tréguas entre as fações políticas, afinal concentradas nos dois blocos de ruistas e seabristas que, por 12 anos, somados aos 16 das refregas entre vianistas, severinistas e marcelinistas, pouco tempo tiveram para se ocupar dos interesses econômicos.

Condições favoráveis de desenvolvimento industrial apresentaram-se, entretanto, ultimamente para a Bahia, em conseqüência do surgimento em seu solo das únicas fontes de petróleo e gás natural até agora descobertas no Brasil e da constru-

“ ... a entrada da energia da CHESF no circuito baiano acarretou um aumento nos preços vigentes, passando-se a ter, realmente, energia abundante, porém sensivelmente mais cara. ”

ção da usina Hidro-Elétrica de Paulo Afonso, dentro de cuja área de concessão se encontram todo o nordeste do Estado e esta capital. Com base no gás natural, foi possível instalar-se uma pequena indústria de tecidos em Itaparica e a fábrica de cimento Aratu, com capacidade atual de 120 mil toneladas anuais, susceptível de ser duplicada com investimento de capital relativamente reduzido, ao mesmo tempo em que montava uma usina termoelétrica cuja produção de 15 mil kW desafogou a crise de energia que estrangulava a capital. Assim, enquanto não se concluiu a usina de Paulo Afonso, foi possibilitado um melhor funcionamento das indústrias existentes, bem como a instalação do moinho de trigo da Bahia Industrial, graças ao qual se cobriu o deficit de mais de 50% na produção de farinha absorvida pelo mercado regional. Entretanto, alegando razões técnicas não devidamente esclarecidas e mesmo contestadas pelos que consideram os campos de Aratu e Jacuípe capazes de satisfazerem os dois objetivos, a Petrobrás vem dificultando a utilização do gás natural em novas indústrias.

ENERGIA ELÉTRICA. Paulo Afonso, por uma série de circunstâncias, não tem ainda representado para a economia baiana o papel que lhe cabe e há de representar, assim melhor se entrossem a administração federal e a estadual. A captação da energia da grande cachoeira, tentada por Apolônio Sales e resolvida pelo Presidente Eurico Dutra, foi re-

cebida pelos baianos conscientes como uma alvorada de libertação econômica. Inexplicavelmente, entretanto, há uma constante de despreço da CHESF aos interesses da Bahia, quando o que se impunha era uma maior atividade de sua parte para compensar as várias manifestações da incapacidade pública e privada, originadas da inexperiência e do subdesenvolvimento.

Na véspera do lançamento, pelo Presidente Dutra, da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, verifiquei, com surpresa, que a Bahia fôra excluída da primeira etapa da distribuição de energia, restrita a Pernambuco, Alagoas e Sergipe, sob o pretexto de insuficiência de recursos para a construção da linha transmissora. Imediatamente convoquei uma reunião com o Governador Octavio Mangabeira, que se encontrava no Rio, e o Deputado Juracy Magalhães, leader da bancada baiana da U.D.N. e juntos procuramos o Presidente Dutra, de quem obtivemos a promessa, ratificada no discurso que pronunciou no dia seguinte, da inclusão da Bahia e Paraíba na 1ª. etapa, para o que sem demora promoveu a destinação dos recursos necessários. Contra a geral expectativa, porém, a entrada da energia da CHESF no circuito baiano acarretou um aumento nos preços vigentes, passando-se a ter, realmente, energia abundante, porém sensivelmente mais cara. A distribuição se mantém restrita a Salvador, tendo a CHESF se desinteressado da abaixadora de Catu, o que forçou o Estado a iniciar com recursos próprios a de Mata, destinada a fazer as suas vezes, enquanto, em Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba já se contam por dezenas as abaixadoras construídas pela Companhia, que assim atua no sentido de encaminhar para o Nordeste a maior parte da energia de sua produção. Um espírito malévolo poderia ser levado a supor que se procura criar, às custas da Bahia, pouco vigilante na defesa dos seus interesses, uma margem de disponibilidade que propicie a instalação de grandes indústrias internacionais, como, por exemplo, a do alumínio.

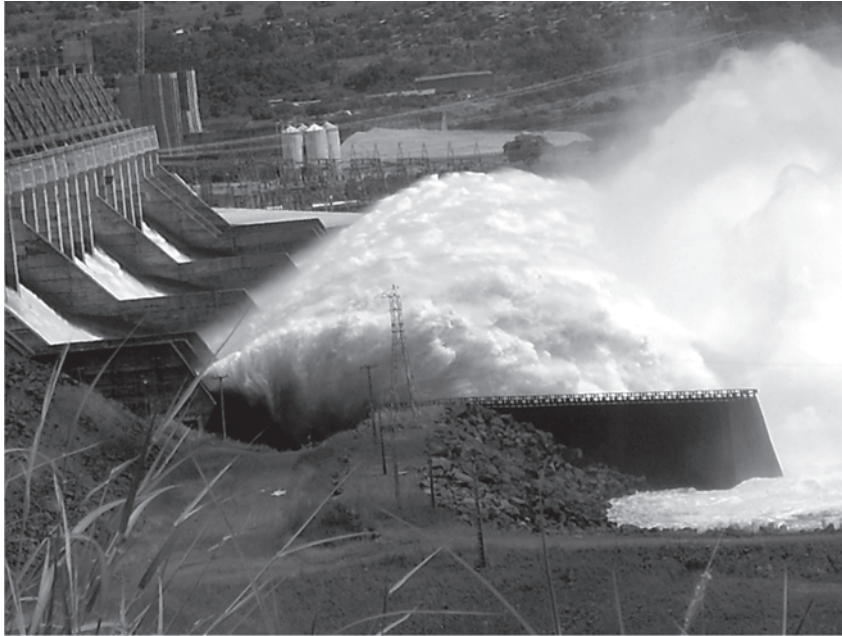


Figura 5 – Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf).

Fonte: <http://acertodecontas.blog.br/wp-content/uploads/2009/06/hidroeltrica.jpg>. Acesso em 16/11/2009.

Um dos motivos principais da esperança que todo o Nordeste e a Bahia depositavam na influência de Paulo Afonso para a sua industrialização residia na possibilidade de obtenção de energia abundante e barata, num momento em que a crise de energia se tornava aguda no setor Rio-São Paulo. Para atrair iniciativas industriais era necessário oferecer vantagens e entre essas a energia abundante era decisiva, enquanto a energia barata exerceria um grande efeito psicológico. A direção da CHESF, entretanto, preferiu agir baseada em cálculos matemáticos, segundo os quais, nos Estados Unidos, a contribuição da energia elétrica para o custo dos produtos industriais não vai além de 2%, o mesmo se podendo dizer com relação aos gastos de uma família modesta. Firmando-se em palavras do Presidente Dutra, ao constituir a Companhia, quando recomendou que a mesma funcionasse “em bases estritamente industriais”, mas sem atentar que o seu pensamento era elucidado na frase seguinte, – “não tenho nem terei candidatos”, significando que a política não interferiria na organização dos seus serviços, entendeu a

Diretoria da CHESF que toda a sua atuação deve subordinar-se em primeiro lugar à apuração do resultado financeiro a que têm direito as empresas produtoras de energia elétrica e não ao propósito superior que a originou, ou, seja, a recuperação econômica do Nordeste. Num País cujo deficit orçamentário anda pela casa de 30 bilhões de cruzeiros, cujo Governo subvenciona os serviços industriais do Estado com mais de doze bilhões anuais e desvia para aumentos de salários recursos quase sagrados, como os do Fundo da Marinha Mercante, a Diretoria da CHESF se esmera em fazer produtivo, desde o primeiro dia, um investimento de dois bilhões de cruzeiros, pondo de lado o papel pioneiro que lhe cabe e resultaria da criação de condições privilegiadas para a instalação de indústrias novas, ainda à custa de deficits iniciais. Em vez de estimular, por esse processo, a demanda de toda a sua produção por milhares de consumidores, como benefício para toda a coletividade a que deve servir, intenta e teima em conseguir a sua exportação sob a forma de lingotes de alumínio, a um preço ao qual, se a oferecesse, de

tudo o País acorreriam os interessados em obtê-la.

Privei com o Presidente Eurico Dutra durante a maior parte do seu Governo e acredito que neste País poucos estarão em condições de conhecer tão bem quanto eu o seu pensamento sobre os grandes problemas da unidade nacional. Não tenho a menor dúvida de que se Paulo Afonso, cuja construção a ele se deve, houvesse sido terminada no seu Governo, as instruções para o seu funcionamento não seriam obstáculo à realização do seu objetivo, como a insuficiência inicial de capital não excluiu a Bahia e a Paraíba da primeira etapa de sua realização.

Por maior dos males, conjugaram-se para que a Bahia não retire da energia de Paulo Afonso os benefícios que naturalmente lhe deveriam caber, além da orientação prejudicial da direção da CHESF, a atuação da companhia distribuidora em Salvador e parte do Recôncavo e a displicência dos órgãos federais incumbidos do controle da distribuição de energia, – a Divisão de águas do Departamento Nacional da Produção Mineral e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. A incapacidade da Cia. de Energia Elétrica da Bahia para atender às necessidades da sua zona de concessão, abrangendo a cidade do Salvador e parte do Recôncavo, era, de há muitos anos, assunto passado em julgado. Por força dela e do desvio para a iluminação particular, de tarifas mais altas, de toda a energia disponível, as indústrias existentes viviam em regime de fome, obrigadas as maiores a montar turbinas a vapor ou motores diesel para não paralisarem os seus trabalhos e nenhuma indústria nova se atrevia a estabelecer-se na Bahia. Ainda assim o preço da energia industrial, para consumidores até 1 000 kWh, era em Salvador de \$ 0,688 com todas as taxas, quando a energia de Paulo Afonso foi posta à nossa disposição, ao preço, praticamente, de \$ 1,70 por kW.

Embora o regime de distribuição de energia elétrica seja normalmente o de monopólio, o contrato de con-

“ A taxa de demanda vem sendo incluída correntemente nos cálculos de tarifas, com a justificativa de que a companhia fornecedora deve guardar uma espécie de encaixe de energia para atender às exigências do pick, quando a maior parte das solicitações coincidem... ”

cessão da companhia baiana sãbiamente excluía, na sua cláusula XX, desse monopólio, o fornecimento de força e luz às indústrias, bem como, na cláusula VI, as derivações da rede de distribuição até a entrada dos prédios. Coincidentemente à CHESF foi reservado o direito de fornecer diretamente energia às indústrias, em virtude do que, no seu relatório do exercício de 1956, constam as indústrias com que assinara ou se preparava para assinar contratos diretos de fornecimento, dez em Pernambuco, cinco em Sergipe e uma em Alagoas. Entretanto, na Bahia, apesar de denunciar em sucessivos relatórios as “péssimas condições” da rede distribuidora local, entendeu a CHESF de assegurar-lhe o monopólio da distribuição, agravando, desnecessariamente para as grandes indústrias o custo da energia.

Por força dessa política e da complacência dos órgãos federais de controle, consubstanciada na Portaria nº 859, de 22 de julho de 1956, do Ministro da Agricultura, em vez de receber diretamente energia de Paulo Afonso a \$ 0,484 por kWh, as indústrias baianas têm de pagá-la, sem contar o imposto único, os reajustamentos de salários e outros, num total de \$ 0,70 por kW e em que pese

grande parte dela ser produzida pela usina de Bananeiras, do custo histórico baixíssimo, a \$ 0,80 para os primeiros 250 kW, 0,60 para os seguintes 10000 e 0,40 para o consumo excedente, quando, pela Portaria nº 308, de 17 de março do mesmo ano (quatro meses antes, portanto), as tarifas fixadas para a Light em São Paulo e Rio haviam sido de 0,60 para os primeiros 2000 kW mensais, 0,40 para os seguintes 8 000 e 0,20 para o excedente.

Mas não é só. A taxa de demanda vem sendo incluída correntemente nos cálculos de tarifas, com a justificativa de que a companhia fornecedora deve guardar uma espécie de encaixe de energia para atender às exigências do pick, quando a maior parte das solicitações coincidem. Na prática, o que se vê é que esse encaixe é constituído em condições muito precárias, do que são índices as quedas de voltagem e de ciclagem tão conhecidas de quem possui aparelhos domésticos elétricos. Mais do que isso, entretanto: não se compreende que tal reserva seja necessária numa companhia como a CHESF, que está trabalhando ainda com grande margem de folga na sua produção e só tem a lucrar com a circunstância de a demanda crescer em determinados momentos, absorvendo parte dessa folga.

Assim não entenderam, entretanto, os técnicos do Ministério da Agricultura, que não-somente atribuíram à CHESF a cobrança da taxa de demanda, fazendo-a necessariamente repercutir nas taxas da distribuidora local, como ainda concederam a esta, de mão beijada, a faculdade de calculá-la sobre a maior demanda “num período de 15 minutos durante o mês em foco, ou 113 milhões, ou 23,2%. As aplicações por conta dos segundos ascenderam a 823 milhões cabendo à Bahia 38,5 milhões, ou 4,6%, cinco vezes menos na relação das aplicações que na dos depósitos.

No extremo oposto, Minas Gerais, com depósitos locais de 3,3 milhões, ou 0,67% recebeu, dos recursos gerais 40,6 milhões, ou 4,9, sete vezes mais nas aplicações que nos depósitos!

Não vejam os senhores, nas minhas palavras, um propósito de queixa ou de censura. O que estou fazendo é reunir os elementos para um diagnóstico. Quando estive na presidência do Banco do Brasil escandalizei-me com a reduzida aplicação do nosso grande estabelecimento de crédito, a maior mola propulsora do desenvolvimento nacional, no Estado da Bahia. Enquanto em tôdas as reuniões semanais da Diretoria tínhamos de resolver sobre aumentos de limites de aplicações das agências de outros Estados, na Bahia pareciam tôdas estacionárias, trabalhando várias delas com limites de dez milhões, em condições, portanto, francamente deficitárias. Itabuna e Ilhéus, manobrando uma safra de cacau no valor de mais de 3 bilhões de cruzeiros, não tinham juntas um limite de 100 milhões e tampouco trabalhavam no financiamento de entre-safra. Procurei melhorar-lhes os limites, consultando os respectivos gerentes, inclusive o desta Capital, onde as aplicações comerciais eram muito reduzidas, mas as solicitações de aumento foram muito moderadas. É bem verdade que as normas rígidas a que obedecem as aplicações do Banco do Brasil as tornam muito difíceis num Estado desprovido de instrumentos auxiliares do comércio, como *warrants*, conhecimentos de depósito, conhecimentos ferroviários etc. e que a ausência do Banco do Brasil é de algum modo compensada por facilidades que concede aos Bancos particulares em matéria de redesconto, redesconto especial, *swaps* e liquidação antecipada de repasses, medidas essas que consegui da sua Direção, anos antes de ter sido seu Presidente e com as quais vimos atendendo às necessidades do comércio exportador do Estado. Deve reconhecer-se, entretanto, que as solicitações de crédito na Bahia são de fato muito reduzidas, mesmo se comparadas com as dos Estados do Nordeste, de Pernambuco ao Ceará, cujos índices de progresso em nada se avantajam aos nossos.

Qual a razão ou quais as razões desse fato? Talvez elas se encontrem

“ Tenho a impressão de que os principais fatores negativos da inércia industrial baiana consistem na falta de experiência industrial das suas classes capitalistas, na falta de gerentes com capacidade técnica e na falta de mão-de-obra com relativa especialização... ”

nas seguintes circunstâncias, próprias da economia baiana: 1º) o ritmo de crescimento das principais lavouras e da pecuária é lento e se realiza às custas das respectivas poupanças, mesmo não aparentes, quando resultantes do trabalho individual; 2º) o movimento de exportação é atendido com recursos próprios das casas exportadoras e o financiamento dos Bancos particulares, com o apoio da Carteira de Redescostos do Banco do Brasil e mobilizando recursos de correspondentes no exterior; 3º) a indústria não apresenta índices de crescimento capazes de exigir aumentos vultosos de financiamento, custeados como foram os novos empreendimentos de maior vulto, como a fábrica de cimento Aratu, o Moinho do Salvador e a Sanbra, com recursos próprios, na sua quase totalidade.

Se as razões são realmente estas, uma nova questão se abre: por que não assume ritmo mais acelerado o desenvolvimento industrial, hoje que dispomos de energia abundante, embora não barata, de vasto mercado de consumo, de um grande e sólido comércio distribuidor? Naturalmente não poderíamos pretender, de início, um desenvolvimento tão rápido quanto o dos Estados do Sul,

sabido que ritmo de progresso segue as linhas de uma progressão geométrica, mas temos de convir que tarda a demarcação, capaz, não-somente, de estabelecer o sentido do movimento industrial, como de criar, nos órgãos de financiamento federais, a consciência da existência de um novo setor a atender.

Tenho a impressão de que os principais fatores negativos da inércia industrial baiana consistem na falta de experiência industrial das suas classes capitalistas, na falta de gerentes com capacidade técnica e na falta de mão-de-obra com relativa especialização. Por isso, como Ministro da Educação, atuei quanto pude junto à Universidade da Bahia, como junto à do Recife, cujas expansões estimei por todos os modos ao meu alcance e de ambas as quais recebi o grau de Professor Honorário, para a criação de cursos técnicos voltados para as necessidades locais, agindo do mesmo modo junto ao SENAI e diretamente pela ampliação das Escolas Técnicas do Salvador e dos Estados do Nordeste. Por isso tenho-me batido pela ação pioneira da CHESF e da Petrobrás, criando condições vantajosas para o estabelecimento de novas indústrias e assim atraindo o interesse de industriais do Sul e mesmo do estrangeiro, cujas iniciativas, fixando elementos com capacidade técnica e valorizando as vocações locais, cedo contagiarão as qualidades potenciais de iniciativa dos nossos capitalistas, possibilitando um surto de progresso industrial para o qual, como vimos, dispomos presentemente de todos os outros requisitos.

5. Equacionamento do problema

A longa exposição que venho fazendo e da qual me penitencio mas, em verdade, não tinha como evitar, ante a complexidade do problema e a falta de estudos sistemáticos a respeito, permite-nos uma tentativa de equacionamento dos dados conhecidos, sobre os quais procurei despertar a vossa atenção e considerar que tratamento eles deverão receber para que, do seu conjunto e das influências recíprocas que entre si exerce-

rem, possa resultar aquilo que todos desejamos, – a recuperação e o progresso econômico da Bahia.

Viram os senhores como, pela desproporção entre a magnitude dos seus problemas e a estreita limitação dos seus recursos, bem como pelos prejuízos que lhe advêm da política econômica do Governo Federal, a solução dos grandes problemas baianos se encontra na dependência da atuação deste último e como *vêm* sendo descuidados ou maltratados, salvo o breve período de recuperação do prestígio do Estado, no governo do Presidente Eurico Dutra. Sem nenhuma intenção de crítica pessoal ou de imiscuir-me nas atividades dos partidos políticos, das quais já há alguns anos não participo, mas apenas procurando assentar um fato do qual possa decorrer um raciocínio, tenho a impressão de que sem um entendimento das forças políticas do Estado, em torno da reivindicação de pontos básicos do seu interesse econômico e sem um procedimento político consequente (para usar da terminologia marxista) dessas forças, conforme tais reivindicações sejam ou não atendidas, muito difícil será retirar a Bahia da situação de inferioridade em que se encontra.

Bem sei como esse entendimento é difícil, pelas divisões e subdivisões das forças políticas, pelas rivalidades, incompatibilidades e susceptibilidades dos chefes, vice-chefes, secretários, homens de confiança, pelos conflitos, controvérsias, ambições, manobras de aproximação, rompimento e a reaproximação, nos três graus em que atuam os partidos políticos, – o estadual, o municipal e o federal. Tudo isso era matéria já estudada ao tempo em que se reuniu a Constituinte de 1945 e foi objeto de uma emenda de minha autoria, limitando a três o número dos partidos e corrigindo os efeitos perniciosos do sistema de voto proporcional absoluto. Infelizmente o trouxe-mouxe em que se votou, com dia certo, a Constituição, não permitiu que esse e outros assuntos importantes fossem considerados, de sorte que hoje somente podemos esperar o

“ Assim uma usina que utilize, no ponto mais alto de consumo, durante os seis meses de safra, 300 kW, pagará durante a entre-safra, Cr\$ 15.000,00 mensais de taxa de demanda, quando em São Paulo nada pagaria! ”

quase milagre que ousou preconizar de um estado de consciência coletiva que atue sobre os partidos, conjugado à existência de um governo isento e interessado, ou de outro quase milagre como seria um novo Presidente da República com o espírito verdadeiramente nacional que caracterizava o General Eurico Dutra.

De qualquer modo e admitindo que a Bahia venha a dispor de prestígio para influir na administração do Governo Federal e na sua política econômica, todo o esforço do seu governo, de sua representação e dos seus partidos deveria convergir para a vitória, entre outras, das seguintes reivindicações:

1º) reforma cambial, com a equivalência, ressaltados os índices normais nas operações de compra e venda, dos valores das divisas de exportação e importação. Extinguir-se-ia com isso a espoliação que vêm sofrendo os agricultores de cacau, de fumo, de mandioca, de sisal e dos outros numerosos produtos que constituem a pauta de exportação do Estado. “O acréscimo do valor da exportação aumentaria as margens de poupança e se refletiria qualquer dos onze meses anteriores” e ainda reajustá-la de acordo com o “fator de potência”, quando quatro meses antes, legislando para o Rio e São Paulo, estabeleciam como base da taxa o per rodo de “quinze minutos registrados em cada mês”!

Para que os Srs. alunos desta Escola tenham uma idéia do que isso representa, considerem que a taxa de

demanda de \$ 50,00 por mês por kW de demanda se aplica no sistema baiano durante todo o ano, mesmo nas indústrias sazonais ou cíclicas, como, por exemplo, das mais sugestivas, as usinas de açúcar. Assim uma usina que utilize, no ponto mais alto de consumo, durante os seis meses de safra, 300 kW, pagará durante a entre-safra, Cr\$ 15.000,00 mensais de taxa de demanda, quando em São Paulo nada pagaria!

Não é, assim, de admirar, que, enquanto sobra a energia de Paulo Afonso, várias usinas de açúcar baianas estejam montando geradores próprios, procurando reduzir os seus gastos de energia durante as safras, para diminuir a taxa de demanda na entre-safra⁹.

INDÚSTRIA PETROQUÍMICA E INDÚSTRIAS SUBSIDIÁRIAS. A pequena capacidade de produção da refinaria de Mataripe tem tornado até hoje desinteressante o estabelecimento em torno dela de indústrias baseadas no aproveitamento dos resíduos da destilação, a exemplo do que vem ocorrendo em Cubatão. Inaugurada que seja, entretanto, a sua ampliação para 37 mil barris diários, ao que deverá provavelmente seguir-se nova ampliação, nenhuma outra apresentará melhores condições para a organização de um parque de Indústrias petroquímicas, pelo menos enquanto a Bahia detiver o monopólio da produção de petróleo, assegurando a continuidade do funcionamento da destilaria, mesmo nos casos de agravamento da tensão internacional.

Já, levando em conta essa ampliação, mas projetada com uma versatilidade que lhe permitirá trabalhar também com o gás natural, como será preferível, ou com óleo combustível, encontra-se em fase de construção da maquinaria uma grande fábrica de fertilizantes nitrogenados, parte de cuja produção de uréia, ácido azótico e de amônia poderá servir de base à instalação de outras indústrias de interesse nacional. E

embora a lentidão com que marcha a ampliação da refinaria, com a sua seção de óleos lubrificantes, haja feito a Bahia perder a oportunidade de fixar em seu território as primeiras instalações de enlatamento que as grandes companhias importadoras de lubrificantes se sentiram na necessidade de construir, em face da extraordinária agravação do imposto único sobre os produtos enlatados, ainda se poderá admitir a conveniência comercial de virem a ser montadas aqui indústrias de preparo dos vários tipos de óleo e do seu enlatamento, sobretudo se, aproveitando a excepcional qualidade do produto baiano, a seção de lubrificantes vier a utilizar toda a capacidade da destilaria, destinando ao mercado de exportação o que exceder ao consumo nacional.

CAPITAIS, FINANCIAMENTO E TÉCNICA. Vimos, no correr desta exposição, como se dissipou improdutivamente, por falta de oportunidade de aplicação, a poupança realizada no período áureo de prosperidade econômica da Bahia e como são reduzidas as suas margens atuais, confiscadas em grande parte pela política cambial da União. Não são mais favoráveis as condições de financiamento, mesmo a prazo médio, para as iniciativas de natureza industrial. Com os Bancos particulares não podemos contar senão em proporções muito reduzidas. Embora a Bahia seja apenas uma vítima e não um fator do processo inflacionário que domina o País, é tratada pelas autoridades monetárias, no que se refere à aplicação das medidas supostamente de correção do excesso de meios de pagamento, em igualdade com os grandes focos inflacionários do Sul. Ao ser criado o Conselho da Sumoc, foi-lhe dado o poder de exigir o recolhimento obrigatório pelos bancos de 1 a 7% dos seus depósitos a prazo e de 2 a 14% dos depósitos à vista, podendo essas taxas variar de região a região. A medida visava, evidentemente, a

⁹ Reconhecendo o absurdo da situação, a companhia distribuidora manifestase disposta a abrir mão da taxa de demanda para as usinas de açúcar, no período de entre-safra.

... os Estados do Norte, debatendo-se nas mais graves crises climáticas, como a sêca de 1951 a 1953, com os depósitos bancários em queda violenta, eram ainda obrigados a recolher à Sumoc, sem juros, o dinheiro que lhes voltava...

corrigir o excesso de meios de pagamentos, não só no seu aspecto global como nos regionais, mas o espírito de comodismo que prevalece na administração pública logo a transformou num processo de aumentar as disponibilidades do Banco do Brasil, a serviço do Tesouro, unificando as taxas de recolhimento em todo o País, na base de 3 e 4%, e assim as mantendo, mesmo quando os Estados do Norte, debatendo-se nas mais graves crises climáticas, como a sêca de 1951 a 1953, com os depósitos bancários em queda violenta, eram ainda obrigados a recolher à Sumoc, sem juros, o dinheiro que lhes voltava, sob a forma de redesconto, a 6% ou de títulos descontados a 8 e 9%.

Ao enfrentar a necessidade da redução de meios de pagamento, na Instrução 108 da Sumoc, obrigando o recolhimento em caixa especial de 50% do aumento de depósitos, o Ministro Gudín considerou a situação desigual dos Estados subdesenvolvidos, para os quais a taxa foi estabelecida em 30%, ficando, com razão, a Bahia no grupo dos Estados mais prósperos, atenta a grande valorização de que gozava o cacau naquele ano de 1954. Mas, revogada pelo Ministro Whitaker a Instrução 108, ao se restabelecerem imperfeitamente os seus princípios pela Instrução nº 135, não se levou em conta, apesar de todos os argumentos

que apresentei na oportunidade, que a Bahia atravessava uma fase de grave queda de depósitos, sendo o único Estado em que esse fenômeno ocorrera no período adotado como base, em virtude da paralisação da exportação de cacau. Assim a Bahia, cujos depósitos bancários haviam declinado no período base, foi equiparada aos Estados do Sul, onde eles haviam subido de 20%, e obrigada a recolher 37% da simples recuperação ocorrida, quando se reabriu em condições apenas melhores a exportação de cacau!

Pela lei das ondulações, alguma coisa do aumento dos meios de pagamento, que se processa nos Estados do Sul, chega até nós, refletindo-se em moderado aumento dos depósitos bancários. Dêsse aumento a SUMOC leva, entretanto, 40%, em dinheiro ou letras do Tesouro, reforçando-se de qualquer maneira a caixa do Banco do Brasil, para aumentar as suas aplicações, sempre no Sul, pois as dificuldades que cercam a obtenção de um empréstimo na sua Carteira Industrial são praticamente insuperáveis para quem não se encontra em contato direto com a sua Direção. Do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico bastará dizer-se que, já tendo arrecadado na Bahia, até dezembro de 1956, 182 milhões do empréstimo compulsório de 15%, até hoje não foram concedidos os empréstimos para reaparelhamento da Leste Brasileiro, da Navegação Baiana e da Estrada de Ferro de Nazaré, apenas sendo deferido, mas em condições dificilmente aceitáveis, o de 120 milhões para a usina de Nitrogênio. O Instituto de Fomento Econômico do Estado, em processo de transformação em Banco, dispondo, sobretudo, como recursos, de depósitos do Governo com destinação orçamentária, é forçado a aplicá-los a prazo curto, em operações tipicamente comerciais. Restava-nos a esperança do Banco do Nordeste. Mas êste também, para não fugir à regra, assim distribuiu as suas aplicações proporcionalmente aos depósitos regionais, segundo quadro singelamente inserto no relatório das suas atividades em 1956:

Estado	%
Bahia	134
Ceará	166
Rio Grande do Norte	373
Pernambuco	374
Sergipe	403
Alagoas	406
Piauí	431
Paraíba	612
MINAS GERAIS (et pour cause)	1.344

O interêsse da Bahia na reforma cambial coincide com o de todos os exportadores do País e, na ordem política, com o dos Estados de S. Paulo, Paraná, Espírito Santo, Minas, Santa Catarina, Mato Grosso, Amazonas, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Na realidade, a manutenção do atual regime de câmbio só beneficia as finanças do Governo Federal, pois os próprios importadores estão hoje sujeitos a condições provavelmente, mais gravosas do que as que resultariam da aquisição honesta das letras de exportação. E visto e comprovado que o regime atual jamais conduzirá ao saneamento das finanças federais, nem mesmo, provavelmente, com a sobrecarga das novas tarifas que se projetam, só nos resta o caminho de desafiar a nossa própria capacidade, regressando aos processos normais de saneamento, como realizaram, entre outros países, a Bélgica, a Inglaterra, a Itália, a Alemanha.

2º atuação da Cia. Hidro-Elétrica do S. Francisco no sentido dos interêsses do Estado, coincidentes com os de todo o Nordeste, exercendo uma ação pioneira, pelo fornecimento de energia barata, que atraia os consumidores, sobretudo industriais e facilitando os fornecimentos diretos. O fornecimento, por exemplo, de energia a 10,7 centavos nos bornes de Paulo Afonso, como está sendo agora oferecido à Kayser para a sua projetada indústria de alumínio, não deixaria de atrair provavelmente grande número de iniciativas, capazes de, em prazo relativamente curto, absorverem os 20 mil kW pretendidos por aquela empresa. Quanto à diminuição dos lucros até que êsse

“ Infelizmente a paixão nacionalista ultrapassou as metas visadas pelo Presidente Vargas e resultou no monopólio estatal, apenas se salvando para a Bahia o pequeno royalty de 5%... ”

resultado fôsse atingido, ela em nada prejudicaria os acionistas, entre os quais me encontro, que até hoje nenhum dividendo receberam e, na realidade, não entraram para o empreendimento visando-os de imediato.

3º) atuação da Petrobrás, levando em consideração os interesses da Bahia, cujas reservas de óleo constituem o seu mais valioso patrimônio. Ao ser encaminhado à Câmara, pelo falecido Presidente Getúlio Vargas, o projeto de organização da Petrobrás, o Governador do Estado, Dr. Regis Pacheco, convocou-me, como a outros elementos das classes produtoras e representantes de todos os partidos, para que lhe sugeríssemos as reivindicações a serem defendidas pela Bahia, prevalecendo a minha sugestão de que, além de um royalty pela produção do óleo bruto, o Estado pleiteasse a transferência para o seu domínio da pequena destiladora de Mataripe e apoio do Banco do Desenvolvimento para que pudesse ampliá-la e desenvolvê-la. Infelizmente a paixão nacionalista ultrapassou as metas visadas pelo Presidente Vargas e resultou no monopólio estatal, apenas se salvando para a Bahia o pequeno royalty de 5% sobre o valor do óleo, obtido pelo Deputado Lafayette Coutinho, muito embora os interesses particulares dos proprietários das refinarias de Capuava, Manguinhos, Rio Grande e Manaus fôssem amparados e pudessem florescer à vontade, à sombra do monopólio.

Não sei se ainda será tempo de reexaminar os interesses da Bahia e

dos proprietários das terras onde se vem encontrando o óleo, à luz do § 19 do Art. 153 da Constituição. Enquanto se mantiver, entretanto, a situação atual, é do maior interesse que se reveja o valor do royalty atribuído ao Estado e municípios produtores, na base, por exemplo, do concedido ao município de Santa Cruz, na zona da concessão brasileira da Bolívia, que é de 14%; que se fixem os preços dos derivados de petróleo na Bahia, atendendo ao menor coeficiente de despesas de transporte do óleo, como procedem as refinarias locais nos Estados Unidos, em vez de tomar por base as despesas do produto importado, o que não tem razão de ser, para os produtos de Mataripe: que se acelerem as obras de ampliação da refinaria de Mataripe: e novas ampliações se realizem, até onde autorizar a produtividade dos campos petrolíferos baianos; que se abra à iniciativa particular o aproveitamento dos gases residuais da refinaria ampliada, publicando-se de logo os dados a respeito; que se facilite o uso do gás natural em Itaparica, em Aratu e em Mata, ou se apresentem as razões convincentes que o desaconselham; que se termine de qualquer modo com a queima do gás nos poços surgentes de Mata, Pojuca e Catu, ou se indenizem o Estado e os municípios das suas cotas no valor do gás queimado e do prejuízo que para eles representa a falta do seu aproveitamento industrial; que a Petrobrás assuma a responsabilidade da conservação e melhoramento das estradas e pontes de atracação do Recôncavo, das quais é a maior usuária e que arruína com os seus veículos e embarcações de grande peso¹⁰: que, finalmente, trate com mais humanidade os pobres roceiros cujas pequenas propriedades são muitas vezes arrasadas pelas máquinas das suas turmas de geóffisica.

4º) atuação da Cia. do Vale do S. Francisco, no sentido da realização dos grandes projetos de irrigação planejados para os vales do rio Gran-

de e do Corrente, conclusão da usina elétrica de Correntina e organização da navegação do S. Francisco. Na Assembléia Nacional Constituinte de 1945 foram apresentadas duas emendas relativas ao S. Francisco, uma do Deputado Manuel Novais mandando organizar um plano, para ser executado em 20 anos, visando ao seu desenvolvimento econômico, outra, de minha autoria, mandando aplicar, com o mesmo fim, 1% da renda tributária da União. Fundidas em uma só, na fase da redação final, essas duas emendas constituíram o Art. 29 das Disposições Transitórias, em cumprimento do qual foi criada, no govêrno do Presidente Dutra, a Comissão do Vale do S. Francisco.

A cota de 1% da receita tributária, que rendeu no primeiro ano cerca de cem milhões de cruzeiros, marcha atualmente para um bilhão. Com os recursos por ela fornecidos e executando um plano de emergência, pude, quando Ministro, extinguir praticamente a malária em todo o vale, combater o tracoma, construir uma rede de hospitais e prédios escolares, iniciar o hotel e o hospital de Paulo Afonso, ao mesmo tempo em que outras obras eram realizadas por vários Ministérios. Foram programadas em larga escala, pela Comissão, obras de irrigação nos municípios de Barreiras e Santa Maria e iniciada a usina elétrica de Correntina.

No Govêrno atual, entretanto, e quando já transcorreu mais de metade do prazo constitucional, êsses grandes projetos, da maior importância para a Bahia, foram postos em ponto morto, transferindo-se a prioridade para a barragem de Três Marias, sem nenhuma dúvida de grande interesse para todo o vale, pelas facilidades que criará para a navegação e aumento do potencial de Paulo Afonso, mas cujo interesse também regional para o Estado de Minas Gerais deveria ser contrabalançado pela realização do programa de interesse baiano.

¹⁰ Posteriormente foi iniciada a construção de estradas pavimentadas na zona petrolífera custeadas, em partes iguais pelo Estado e a Petrobrás.

5º) restauração e reequipamento da Leste-Brasileiro, Rêde circulatória do Estado, escoadouro das suas principais zonas de produção de cereais, de mamona e de minérios, a precariedade dos serviços da Viação Ferroviária Leste Brasileiro exige uma atuação positiva do Governo Federal na restauração das suas linhas, na construção de variantes imprescindíveis à regularização do tráfego, na conclusão das suas oficinas, no fornecimento de material rodante, especialmente de tração, na articulação dos seus ramais entre si e com as estradas de Nazaré e de Ilhéus, encampando por preço justo a primeira delas, na conclusão da estrada de minério, pelo vale do rio de Contas, entre Contendas, no ramal do centro, e o pôrto a ser construído na baía de Maraú.

6º) conclusão da estrada de rodagem Bahia-Feira, melhoramentos e pavimentação da BR 3 e da BR 5 (ligações com o Rio e com o Norte pelo interior e pela costa).¹¹ Nenhum espetáculo mais deprimente, que os senhores poderão testemunhar tomando um automóvel e indo a Feira de Santana ou Alagoinhas, do que o estado dessas estradas federais, transformadas, nesta época do inverno, em extensos lamaçais, onde se atolam os caminhões, formando às vêzes filas de mais de uma centena dêles, sobretudo no trecho de massa-pê entre S. Sebastião e a subida de Lapa.

7º) melhoramento das condições portuárias e da navegação de cabotagem ou auxílio à Cia. de Navegação Bahiana para que possa manter uma linha de cargueiros entre Recife e Pôrto Alegre, evitando o prejuízo do transporte de mercadorias por caminhões entre portos distantes.

8º) medidas de política financeira, através da Sumoc, do Banco do Brasil, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, do Banco do Nordeste, dos Institutos de Aposentadoria e do Instituto do Açúcar e do Alcool que coíbam a drenagem dos recursos da Bahia para fora do Estado, e ao contrário, promovam uma melhor irrigação da sua vida econômica.

“ Não vamos repousar, entretanto, apenas no zêlo do Govêrno Federal pelos problemas baianos, embora em nada hajam excedido as reivindicações que alinhiei ao simples cumprimento dos deveres institucionais da União... ”

9º) incentivação do combate à tuberculose e às endemias rurais, notadamente a esquistosomose, às outras verminoses, à moléstia de Chagas, ao tracoma e à bouba, de vez que a malária e a febre amarela continuam controladas.

10º) suplementação da ação educativa do Estado, no campo do ensino primário pela construção de prédios escolares e manutenção de cursos de adultos, inclusive de formação de capatazes, junto à Escola de Agronomia, no setor de ensino médio pela ampliação dos cursos profissionais do Ministério e do Senai e pela construção do Colégio Militar, no setor universitário pelo desenvolvimento dos cursos técnicos, sobretudo os de Agronomia e os de Petróleo de Geologia, de Química, de Mecânica, de Eletrotécnica e outros que interessam ao início de um movimento industrial.

Não vamos repousar, entretanto, apenas no zêlo do Govêrno Federal pelos problemas baianos, embora em nada hajam excedido as reivindicações que alinhiei ao simples cumprimento dos deveres institucionais da União. Também à Bahia e aos seus filhos incumbe fazerem por si, correspondendo com esforço próprio ao interesse da União pelo seu progresso ou, enquanto êle não se manifes-

ta, remando, mesmo contra a maré, para sair do passo difícil em que se encontram.

Nesse particular, o esforço do Govêrno e dos elementos de iniciativa poderia realizar-se nos seguintes setores:

1º) estímulo à maior produtividade das plantações de cacau, sobretudo pelo combate às pragas, adubação e métodos de cultura apropriados, bem como melhor preparo do produto, com o objetivo de valorizá-lo;

2º) estímulo às lavouras do fumo e da mandioca, sobretudo pela melhoria das condições sociais do lavrador, dando-lhe acesso à propriedade da terra, incentivando-lhe hábitos mais aperfeiçoados de cultura e facilitando-lhe a obtenção de adubos e elementos de trabalho;

3º) estímulo à maior produtividade da lavoura de mamona, sobretudo pela distribuição de sementes de alto rendimento; .

4º) recuperação da lavoura de algodão com a distribuição de sementes selecionadas;

5º) estímulo às plantações de serigueira e de dendê, na região sul do Estado, inclusive estabelecendo um plano de colonização para as terras devolutas apropriadas;

6º) estímulo às lavouras de cereais, pela criação de uma rêde de silos e financiamento da produção;

7º) estímulo às plantações de côco e de sisal na orla marítima e no interior do nordeste do Estado;

8º) estímulo às lavouras de frutas e hortaliças e criações de aves para abastecimento da capital e campos da Petrobrás, nos municípios do Recôncavo;

9º) estabelecimento de matadouros frigoríficos, como projetados pela Fundagro, com o objetivo de melhor aproveitamento das safras de gado bovino do sertão médio e do alto sudoeste;

10º) atração de iniciativas industriais de elementos experimentados dos Estados do Sul e do estrangeiro, como sucedeu com a fábrica de Cimento Aratu, o Moinho do Salvador,

¹¹ Posteriormente, foi retomada, pelo D.N.E.R., a construção e pavimentação da Bahia-Feira e iniciada a retificação da BR-5.

“ A análise do problema econômico da Bahia que, com lealdade e sinceridade, procurei realizar, não comporta, como viram os senhores, opiniões dogmáticas ou atitudes preconcebidas... ”

a Sanbra, a Nitrogênio, a concentração e redução do minério de chumbo da Prest-o-Lite, facilitando-lhes, bem como aos baianos em condições, a instalação de indústrias novas, cujo sucesso atrairá novas indústrias, conduzindo à criação de um parque industrial capaz de realizar o equilíbrio da economia baiana.

Sr. Brigadeiro, Srs. Oficiais e Srs. Alunos da Escola Superior de Guerra: A análise do problema econômico da Bahia que, com lealdade e sinceridade, procurei realizar, não comporta, como viram os senhores, opiniões dogmáticas ou atitudes preconcebidas. As observações que externei, as opiniões que emitei, representam o produto de uma vida que já se vai fazendo longa e toda ela dividida, no estilo do sábio Montaigne, entre a ação, o estudo e a meditação. Houvesse-me sobrado tempo e como gostaria de sentar-me com os senhores, integrando um grupo de trabalho, para revê-las todas; pesando cada uma, procurando encontrar os seus possíveis erros, até que chegássemos a uma aproximação satisfatória da verdade! Nada disso sendo possível e não me tendo cabido, já por duas vezes, em vez do prazer de ser vosso companheiro, senão a honra de ser vosso informante, resta-me a satisfação de haver podido confiar o meu pensamento a um dos mais altos cenáculos de que com justa ufania se orgulha o nosso País, tanto pelo esforço honesto que realizais como pelo patriotismo que

vos inspira. Possa esta oportunidade que me foi concedida de instruir-vos sobre o problema econômico da Bahia resultar em benefícios para o meu Estado e o nosso País.

6. Debates

HUGO DE CASTRO, Representante do Ceará: *A minha pergunta relaciona-se ao caso do Pôrto de Salvador. Segundo li numa Revista de Economia, ou alhures, existe aqui uma Companhia de Docas, uma Companhia francesa, que tem uma concessão verdadeiramente escandalosa. Não quero ferir ninguém, mas li que essa concessão se prolonga, ainda, por cerca de 50 anos, de tal maneira que qualquer mercadoria a ser importada ou exportada será fortemente taxada, com os royalties creditados a essa Companhia, não só no Pôrto de Salvador, como também em todo o Recôncavo da Bahia. Assim, penso eu, se mais tarde vier, esporadicamente, como cearense, me estabelecer com qualquer pequeno negócio aqui no Recôncavo da Bahia, ou fizer – por exemplo – um pequeno trapiche, no Recôncavo, serei obrigado a pagar uma taxa à tal Companhia. Ora, no momento em que estamos vendo pela imprensa que nossos políticos desejam renunciar à um tratado em que, com reais sacrifícios, o Brasil gastou uma importância de grande valia para todos nós, que poderia ter sido empregada em outras coisas, não fôra os altos interesses internacionais, eu consulto a V. Exa. se, a par de outras denúncias de tratados, de contratos, não seria possível estudar-se uma possibilidade de defesa do comércio e da indústria, da economia baiana, e se denunciar, ou se conseguir um meio conciliatório, um meio intermediário, um meio que não fôsse tão lesivo aos interesses do Estado, como a continuação desta concessão, que só faz beneficiar à pessoa que reside folgadoamente em Paris.*

MINISTRO CLEMENTE MARIANI: Esclareço ao senhor. Não posso citar com exatidão a data, mas, provavelmente, entre 1908 e 1910, quando Ministro da Viação o Dr. José Joaquim Seabra, foi concedida ao grupo Lafont, a que o Sr. se referiu, a construção e exploração do Pôrto da Bahia, como o arrendamento da Estrada de Ferro Leste Brasileiro. Naquele momento havia um grande interesse, no País, pela cons-

trução de portos, e como o capital nacional era escasso, recorreu-se, geralmente, ao regime de concessão a grupos estrangeiros. A inexperiência brasileira, neste assunto, era quase total e dela se beneficiaram os concessionários dos vários portos, como o de Santos, o do Rio de Janeiro, o do Pará e tantos outros. Na Bahia o grupo Lafont instalou-se nos moldes das grandes emprêsas colonizadoras francesas, com o pôrto, a estrada de ferro e a “Regie dès Tabacs”, que disputava com os comerciantes e industriais alemães a produção do fumo, a êsse tempo tão importante quanto a do cacau. Com as dificuldades surgidas para o grupo em consequência da Guerra de 14, as suas emprêsas na Bahia entraram em declínio, o “Regie” acabou retirando-se do mercado, o arrendamento da estrada de ferro foi rescindido pelo Govêrno Provisório oriundo da Revolução de 30 e apenas permanece a Companhia Cessionária do Pôrto, cujo privilégio se estende realmente a todo o Recôncavo e é encarregada também da venda dos terrenos resultantes do atêrro. Em três oportunidades, que me recorde no momento, a Companhia Cessionária reivindicou o seu privilégio com relação aos portos do Recôncavo: ao ser construído o pôrto de S. Roque, para servir à Estrada de Ferro de Nazaré, ao ser construído o pôrto particular da fábrica de cimento Aratu e ao começarem recentemente os embarques de petróleo em Madre Deus. Em todos os três casos, a Cessionária não realizou o menor serviço, mas pretendeu receber as taxas integrais e, pelo menos nos dois últimos, acabou fazendo acôrdos pelos quais passou a receber taxas mais reduzidas. Aí é que me parece estar o problema. Não tenho presente os termos da concessão, mas parece-me que não devem fugir aos de um contrato bilateral, com direitos e obrigações correspondentes. Na terminologia do nosso direito público, “taxas” correspondem a serviços prestados e se a Companhia pretende auferi-las na zona do seu privilégio, deverá organizar-se para prestá-los e não deixar os encargos com os usuários, auferindo rendas que não corres-

“ ... as taxas do Pôrto da Bahia, embora exageradas, são decorrência do seu pequeno movimento...”

pondem a uma ampliação de suas atividades. Assim está procedendo agora mesmo a Cia. Docas de Santos, com a construção de um pôrto completo para atender à refinaria de Cubatão, dentro da área do seu privilégio. Parece-me, entretanto, que o mesmo não se passa com relação à terminal da Petrobrás na ilha de Madre Deus, por onde se processa a exportação do óleo dos campos do Recôncavo, pretendendo a Companhia baiana receber as taxas portuárias, sem ter realizado nenhum serviço local, ao que tem resistido a Petrobrás que, se não me engano, não as está pagando integralmente.

REPRESENTANTE DA PETROBRÁS: Foi dada uma tarifa especial que deve ter sido publicada.

MINISTRO CLEMENTEMARIANI: Quanto às observações do representante cearense sobre a forte taxa-ção, em benefício da Companhia Cessionária das mercadorias que transitam pelo pôrto de Salvador, espécie de Castelo Feudal, onde se cobram tributos sobre toda a produção do Estado, na realidade, as taxas do Pôrto da Bahia, embora exageradas, são decorrência do seu pequeno movimento, não excedente, antes da exportação da Petrobrás, de cerca de 750 mil toneladas globais de exportação e importação. Com a exportação direta do cacau pelo porto de Ilhéus, a sua decadência chegou ao ponto de tornar-se, em movimento, inferior ao pôrto de Belém do Pará, situando-se no oitavo lugar, entre os portos brasileiros. Ora, estando êle no regime de exploração por uma companhia particular, sem subvenção do Governo Federal e devendo retirar das taxas cobradas o suficiente para cobrir as suas despesas e as-

segurar uma renda ao capital reconhecido, não há como evitar que essas taxas sejam elevadas. Se o pôrto da Bahia gozasse de um regime como o do Pôrto do Rio de Janeiro, recebendo grandes subvenções do Governo Federal, naturalmente poderia ter taxas muito mais baixas. Então, os encargos da exportação baiana seriam distribuídos por toda a Nação, como sucede com outros portos subvencionados. Mas para isso, infelizmente, nos falta prestígio político ou influência demagógica. Voltando ao assunto da área de privilégios, acho que seria, realmente, matéria para estudo. É um direito incorporado ao patrimônio da Companhia, mas ao qual deve, necessariamente, corresponder uma obrigação, possibilitando um entendimento e modificações no contrato de concessão, que o atualizem, liberando as novas atividades que vão surgindo na orla do Recôncavo e não podiam realmente ser previstas na época da concessão, da obrigação de pagar taxas sem receber serviços, o que importa, em última análise, em pagar impostos a uma entidade particular. Mas aí entra o problema a que me referi da insensibilidade e inércia das autoridades federais relativamente aos interesses baianos.

XAVIER DE ARAÚJO, Representante do Instituto Nacional de Imigração e Colonização: *Em face do mercado comum europeu, que programa grandes investimentos no Continente Africano, qual a idéia que os baianos têm com referência ao desenvolvimento da África, tendo em vista o cacau?*

MINISTRO CLEMENTEMARIANI: No plano de desenvolvimento da nossa palestra, eu havia justamente me proposto a apontar, como um dos fatores adversos ao desenvolvimento agrícola da Bahia, a constituição do mercado europeu. Entretanto, como essa parte foi feita de improviso, passei sobre ela sem me aperceber. Mas, realmente, o assunto preocupa profundamente os baianos, que consideram a importância para a economia do Estado da nossa lavoura de cacau. O senhor sabe muito bem que a Bahia, produzindo 95% da produção de cacau do Bra-

sil, perfaz cerca de 20% da produção mundial de cacau, mas antes mesmo da constituição do mercado europeu, o avanço da produção da África, em matéria de cacau, vem sendo muito violento. Já não falo da Costa do Ouro, porque a Costa do Ouro, tendo atingido, num determinado momento, índices enormes, metade ou mais de metade da produção mundial de cacau, teve, em seguida, suas plantações muito dizimadas pelas pragas e a sua recuperação não se apresenta com caráter assustador. No momento, a nossa maior ameaça está nas Colônias vizinhas da Nigéria e da África Equatorial Francesa, cujo aumento de produção, susceptível de ser muito incentivado pelo mercado comum, já representa uma das causas do desequilíbrio, não muito violento, entre a oferta e a procura, mas, no entanto, suficiente para que o mercado comprador, monopolizado por meia dúzia de firmas dos Estados Unidos, atue com plena liberdade e desembaraço, reduzindo os nossos preços até o limite extremo da resistência que êles consideram que nós sejamos capazes de opor às suas especulações. É esta uma das razões pelas quais preconizo que, em face da política cambial da União, é mais interessante para o desenvolvimento agrícola da Bahia que ela se volte para a produção de gêneros destinados ao seu próprio abastecimento ou ao abastecimento de indústrias localizadas no Sul, como por exemplo, a borracha, do que insistir, conscientemente, no aumento da produção de cacau.

PERGUNTA COM REFERÊNCIA À MORTALIDADE INFANTIL. (autor não identificado, porque não usou o microfone), *O seu intuito era indagar até onde contribuía a mortalidade infantil para o baixo índice de crescimento demográfico da Bahia?*

MINISTRO CLEMENTEMARIANI: Realmente a mortalidade infantil sempre foi e continua sendo, embora de maneira relativamente atenuada, um dos fatores responsáveis pelo reduzido crescimento da população baiana. Quando assumi o Ministério da Educação e Saúde, àque-

le tempo reunido, o problema da mortalidade infantil era simplesmente clamoroso. Lançando em grande assembléia, sob o patrocínio do Presidente Dutra, a Campanha Nacional da Criança, para a qual convoquei toda a Nação e que ainda hoje se realiza anualmente na Capital da República, pude sem exagero asseverar que, em cada minuto, morria, sobretudo por abandono, uma criança no Brasil. Eram cerca de 500 mil mortos antes de um ano de idade, para um milhão e meio de nascidos. O Departamento Nacional da Criança não dispunha de verba a não ser para pagar o pessoal, mas de 50 médicos comprimindo-se numa maternidade de 12 leitos. Por todo o País, incompletos, depredados, transformados em chiqueiro de cabras, como a Maternidade de 80 leitos de Colatina, no Espírito Santo, espalhavam-se cerca de 200 postos de puericultura e maternidades, fruto da Campanha da Redenção da Criança lançada pelos Diários Associados. Na Bahia não era melhor a situação. Na Capital, graças à dedicação dos dirigentes da Liga contra a Mortalidade Infantil, fundada por Martagão Gesteira, mantinha-se um pequeno serviço modelar, porém de reduzido raio de ação, enquanto no interior do Estado a assistência infantil era praticamente nula. Fôra aliás aquele pequeno serviço modelar a que me referi, que, impressionado favoravelmente o Presidente Getúlio Vargas, numa das suas visitas à Bahia, levou-o a promover a transferência do Professor Martagão Gesteira para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, encarregando-o de organizar o Instituto Nacional de Puericultura, cuja vida, entretanto, nos oito anos de Estado Novo que se seguiram à sua transferência, se limitou ao lançamento de várias pedras fundamentais. Foi ao próprio Professor Martagão Gesteira, meu antigo mestre e grande amigo, que recorri para comandar o esforço que empreendi no sentido de remediar aquela situação calamitosa. Apelando para a cooperação particular e subvencionando-a fortemente, conseguimos por em funcionamento os

“ ... lastimo sinceramente, que hoje, após o desaparecimento do Professor Martagão Gesteira, não se verifica o mesmo entusiasmo no trabalho de assistência à maternidade e à infância... ”

200 postos da Campanha da Redenção da Criança e acrescentar a eles, em três anos, mais cerca de mil, que deixamos quase todos em funcionamento, cerca de 50 dêles e algumas maternidades aqui na Bahia. Construimos novas instalações para o Instituto Fernandes Figueira, no Distrito Federal, iniciamos a construção do Instituto de Puericultura na Universidade do Brasil, obtivemos a cooperação do Fundo de Assistência à Infância (Unicef) da ONU e quando deixei o Ministério em 1950 os índices de mortalidade infantil se apresentavam em franco declínio. E' bem verdade, e o **lastimo** sinceramente, que hoje, após o desaparecimento do Professor Martagão Gesteira, não se verifica o mesmo entusiasmo no trabalho de assistência à maternidade e à infância e que, sobretudo; já não se sente o mesmo interesse, da parte dos governos, em aproveitar e estimular o concurso das organizações particulares, que tão excelente resultado produzira na minha administração. Os cortes nas subvenções federais e estaduais, o atraso do seu pagamento, com a concentração dos recursos públicos em obras oficiais, as mudanças de critério, às vezes por simpatia ou antipatia política, da Legião Brasileira de Assistência, têm feito estiolar-se obras verdadeiramente beneméritas, como, por exemplo, aqui na Bahia, a Pró-Matre e o Pôsto de Puericultura de Jequié. Mas, ainda assim, não acredito que

os índices de mortalidade infantil no Estado sejam hoje superiores aos que encontrei em 1946, inclusive pela melhora resultante da extinção prática da malária e apesar de haverem, de certo modo, piorado, nesta Capital, as condições higiênicas, pelo aumento da população urbana, sem melhoria dos serviços públicos, resultando numa promiscuidade e facilidade na transmissão de moléstias, sobretudo nas áreas de “invasões” e “avenidas de caranguejos”, versões baianas, embora atenuadas, das favelas cariocas. Assim, sem desprezar a contribuição da mortalidade infantil, para o reduzido crescimento da população baiana, quer parecer-me maior o efeito do êxodo dos elementos válidos das populações rurais à procura de melhores condições de vida, as mulheres nos empregos domésticos no Rio e em São Paulo, os homens nos trabalhos rudimentares da construção civil nessas duas grandes cidades, da pecuária no Norte de Minas ou da lavoura em São Paulo, no Paraná e no Espírito Santo. Quando a seca agrava as dificuldades de subsistência, êsse êxodo se acentua e então ocorre aquele fato friamente registrado na Mensagem inaugural do Presidente Getúlio Vargas em 1953 de haverem passado só pela Hospedaria de imigrantes de São Paulo, no ano de 1952, 250 mil nordestinos, dos quais 40% eram baianos. E não deixa de ser interessante verificar que parte dêsses emigrantes é substituída por imigrantes provindos de regiões do Nordeste ainda menos desenvolvidas, o que fortalece a interpretação de se deslocarem premidos pelas exigências mínimas de subsistência. A par dessa migração de elementos na fronteira da marginal idade, sofre a Bahia também uma constante sangria, menos importante quantitativamente, mas talvez ainda mais grave, dos elementos de nível superior de educação, médicos e engenheiros sobretudo, que, logo formados, se transportam para o Sul, atraídos por empregos públicos no Rio de Janeiro ou melhores oportunidades para o exercício das suas profissões em São Paulo. E ainda um ou-

tro tipo de migração se processa, a dos pequenos criadores das zonas de pecuária próximas à zona do cacau, cujas propriedades são adquiridas, nas épocas de valorização do cacau, pelos produtores desse gênero e vão adquirir fazendas menos valorizadas no norte de Minas Gerais e na região do Contestado com o Espírito Santo e até o vale do rio Doce. A migração, usada como corretivo das dificuldades oriundas do subdesenvolvimento, é, assim, no meu parecer, o grande fator da redução do ritmo de crescimento da população baiana, como aliás ocorre também em Pernambuco, em Minas Gerais e no Estado do Rio.

ENG° RUBENS, (da Associação Brasileira de Imprensa): *Ultimamente um grupo de estudiosos da Escola Superior de Guerra apreciou as prováveis influências da constituição do mercado livre europeu sobre a economia brasileira. Estudamos o café, o algodão, a madeira e também o cacau. Concluímos que se deveria recomendar o melhor financiamento da produção do cacau, o aperfeiçoamento dos métodos de produção do cacau e, em particular, os métodos de fermentação para diminuir a percentagem de cacau violeta, e, em terceiro lugar a melhoria dos transportes e embarques. Concluindo os nossos estudos, restou-nos, entretanto; uma dúvida e, baseado nessa dúvida, formularei minha pergunta: Quais são as verdadeiras razões que impedem a atracção de navios no Pôrto de Ilhéus? Se é devido ao açoreamento da foz do rio Cachoeira ou a interesses de armadores das alvarengas?*

MINISTRO CLEMENTE MARIANI: O assunto tem sido objeto, como sempre, de interpretações que, às vezes, se afastam da realidade. No tempo em que a economia baiana era uma economia equilibrada, o Governo do Estado, através do processo então usado das concessões, conseguiu realizar a construção de uma estrada de ferro, a princípio chamada “Ilhéus à Conquista”, e que, depois, ficou restrita à zona cacauera. Essa Estrada pertencia a uma companhia inglesa, a “South Bahia Railway”, se não me engano. Compreenderam, então, os administradores baianos dessa companhia como seria

interessante disporem de um serviço portuário para processar o embarço do cacau transportado pela estrada e movimentar a exportação e importação que resultariam do desenvolvimento da zona e, com o auxílio dos próprios acionistas da “South Bahia Railway” e de capitalistas locais, organizaram uma companhia que obteve do Governo Federal a concessão do pôrto, construindo cais de saneamento e pontes de atracção, que possibilitaram um bom serviço de pequena cabotagem entre Ilhéus e Salvador, por onde se processava a exportação do cacau para o estrangeiro. Depois, entretanto, de certo tempo, com o desenvolvimento de Ilhéus, foi surgindo a idéia de se fazer a exportação direta, pelo pôrto de Ilhéus, mas a barra do rio Cachoeira – e como sabemos tôdas as barras dos nossos rios voltados para leste são sujeitas ao açoreamento, em consequência das correntes e dos ventos dominantes do leste – vivia permanentemente açoreada. Então, o Governo Federal mandou uma draga, para fazer a dragagem e permitir a entrada de navios de porte médio, que transportassem o cacau diretamente de Ilhéus. Essa draga começou o serviço. No meio, perdeu o tubo de sucção. Esse tubo ficou no fundo do mar. Tentaram retirá-lo, não conseguiram, e êle se tornou, então, elemento de maior açoreamento da entrada da barra. Esta situação tem permanecido durante anos e anos, não posso dizer bem há quantos, mas, talvez, como me auxilia o Sr. Fernando Corrêa Ribeiro, há algumas dezenas dêles. Diante disso, os navios estrangeiros não puderam mais entrar na barra de Ilhéus e a exportação voltou a fazer-se pelo pôrto de Salvador. Como, entretanto, para isso, havia necessidade do transporte do cacau em barcaças ou em pequenos navios, de Ilhéus para aqui serem embarcados, e as taxas do pôrto da Bahia eram elevadas, conforme já foi salientado, tornou-se interessante economicamente a criação de um serviço de alvarengas, organizado pelos representantes de empresas de navegação de longo-

curso, alvarengas essas que recebiam o cacau no antigo pôrto e o transportavam para o embarcar nos navios fundeados em alto-mar, passando êsse serviço a se fazer normalmente. Assim se exporta cacau até hoje pelo pôrto de Ilhéus, usando alvarengas entre a terra e os navios. O preço regular por saca de cacau embarcada é atualmente mais ou menos de Cr\$ 21,00, e vem subindo, naturalmente, como tudo que não é subvencionado, mas ainda é menor do que o custo do transporte do cacau de Ilhéus para Bahia, seu transbordo e seu embarque no pôrto da Bahia. De maneira que o problema é, apenas, o desaçoreamento da barra, que é atribuição do Departamento Nacional de Portos e Navegação. No início do último Governo do Dr. Getúlio Vargas, quando era Diretor do Departamento dos Portos o Dr. Hildebrando Góes, que é, hoje, Deputado Federal pela Bahia, foi traçado um grande programa de desaçoreamento dos Portos. Realmente, ao fim de algum tempo, apareceu uma draga, que começou o serviço. Fê-lo, porém incompleto e os navios continuam sem poder entrar no pôrto de Ilhéus. Desde que seja possível a entrada da barra, os navios de longo-curso atracarão nas pontes, e o embarque se realizará em condições normais. Naturalmente não haverá interesse das companhias de alvarengas em que o porto seja desobstruído, porque o produtor não vai deixar de embarcar seu cacau num navio atracado no pôrto, para embarcá-lo mais caro, através do serviço de alvarengas. Mas não

“ O preço regular por saca de cacau embarcada é atualmente mais ou menos de Cr\$ 21,00, e vem subindo, naturalmente, como tudo que não é subvencionado... ”

“ Durante anos, desde o Congresso de Teresópolis, em 1945, bati-me pelo aproveitamento de Paulo Afonso como único processo à vista de promover-se a industrialização da Bahia e do Nordeste... ”

acredito na influência que os interesses particulares dessas empresas de alvarengagem estejam tendo na demora da solução do problema do pôrto de Ilhéus: Até aí não vai a minha crítica ao Governo Federal, de que interesses particulares desta ordem, com tão grandes sacrifícios dos interesses públicos, possam fazer com que o Departamento não cumpra seu dever de desobstruir a barra do pôrto de Ilhéus. O que vejo nisso é mais uma manifestação da ineficiência dos serviços federais, obrigando a economia baiana a se valer de expedientes como êste, da alvarengagem.

BRIGADEIRO ALVES SÊCO:
Qual a sua opinião sôbre a firma KAISER, o que ela deseja fazer e se apresenta reais vantagens, ou não.

MINISTRO CLEMENTEMARIA-NI: A pergunta de V. Exa., Sr. Brigadeiro, aborda uma questão sumamente delicada e recebo-a como uma demonstração do interesse com que a Escola Superior de Guerra acompanhou o debate público que tive oportunidade de sustentar com a Direção da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, a propósito da pretendida usina de alumínio da Reynolds Metais Co. Acredito conhecer V. Exa. e os Srs. alunos desta Escola as razões que me levaram a tomar aquela atitude. Durante anos, desde o Congresso de Teresópolis, em 1945, bati-me pelo aproveitamento de Paulo Afonso como

único processo à vista de promover-se a industrialização da Bahia e do Nordeste, retirando-os da situação de subdesenvolvimento em que se encontram. Eleito para a Constituinte Nacional de 1945, consegui fazer aprovar, visando, sobretudo, êsse objetivo, a destinação de 1% da receita tributária da União à recuperação econômica do vale do São Francisco. Chamado a participar do Governo Constitucional do eminente Presidente Eurico Dutra, vi com regozijo S. Exa. dispor-se a enfrentar o problema da captação da energia de Paulo Afonso, decisão para a qual exerceram grande influência o Senador Apolônio Sales, o Ministro Daniel de Carvalho e o Dr. Pereira Lira, Chefe da sua Casa Civil. Surpreendido com a exclusão da Bahia, nos planos dos incorporadores da CHESF, da 1ª. etapa da distribuição de energia, consegui, juntamente com o Governador Mangabeira e o Deputado Juracy Magalhães, evitar êsse desastre, graças à compreensão do Presidente Dutra. Bem avaliáveis, portanto, qual não foi o meu espanto, quando, afastado da atividade política, verifiquei, em princípio de 1952, que se procurava envolver o Presidente Getúlio Vargas, acenando-lhe com perspectivas inteiramente falaciosas, num plano de desvio de 200 mil kW da produção de energia de Paulo Afonso, cuja capacidade total, antes da regularização do rio, era de apenas 540 mil, a serem obtidos em três etapas, para a produção de cêrca de 100 mil toneladas de alumínio, a serem exportadas, o que seria o mesmo que exportar a nossa energia condensada em lingotes de alumínio. Considerei do meu dever protestar. Fui contestado, reafirmei as minhas razões e parece que elas afinal calaram no espírito das autoridades responsáveis, porque o projeto da Reynolds foi arquivado. A posição por mim assumida foi expressa no seguinte trecho da entrevista inicial aos Diários Associados, conforme consta dêste fascículo do qual envie, na época, um certo número de exemplares à Escola Superior de Guerra (lê): “O problema do Leste e do Nordeste do

Brasil, não é, realmente, o de exportar produtos em condições de concorrer nos mercados internacionais. Nesse particular, estamos fartos com o que sucede ao nosso cacau, ao nosso fumo, aos nossos couros e peles, às nossas fibras, aos nossos minérios, às cotas exportáveis do nosso açúcar, salvo nos momentos de tensão de guerra. Ainda o será menos, se essa exportação for realizada por uma companhia de capital estrangeiro, preocupada com a transferência de lucros e retôrno do capital e que aqui sômente deixará os salários, porque até a matéria-prima, – a bauxita, pretende importar das Guianas. O problema do Leste e do Nordeste é o de montar, com capitais relativamente reduzidos e a imensa mão-de-obra de que dispõe, indústrias de artigos de consumo corrente, que lhe permitam conservar na sua economia as somas imensas que presentemente empregam, adquirindo os produtos das indústrias do Sul, hoje menos protegidos pelos direitos de importação do que pelo sistema das licenças de importação e complicações regulamentares de tôda a ordem. Não queremos disputar mercados internacionais. O que desejamos é concorrer nos mercados nacionais protegidos e sobretudo sairmos da situação colonial em que vimos sendo mantidos. Para isso necessitamos de energia. E energia hidrelétrica só quem nos pode fornecer em quantidade substancial é Paulo Afonso. Quando se esgotar a capacidade de Paulo Afonso, ter-se-à esgotado a nossa capacidade de

“ Considerei do meu dever protestar. Fui contestado, reafirmei as minhas razões e parece que elas afinal calaram no espírito das autoridades responsáveis, porque o projeto da Reynolds foi arquivado. ”

“ Paulo Afonso não está sendo construída para assegurar a remuneração do capital nela investido. O seu destino é suprir o deficit atual de energia dos Estados do Leste e Nordeste e atender ao progressivo desenvolvimento da região... ”

desenvolvimento industrial, a menos que outras fontes de energia, como o petróleo ou a atômica, hajam sido conseguidas”.

E adiante: “Paulo Afonso não está sendo construída para assegurar a remuneração do capital nela investido. O seu destino é suprir o deficit atual de energia dos Estados do Leste e Nordeste e atender ao progressivo desenvolvimento da região. Por isso se fez predominantemente com recursos do Governo Federal e dos Estados. Os particulares que para ela contribuíram fizeram-no apenas por patriotismo. A minha subscrição foi o tributo que paguei para que os meus filhos possam continuar a viver na Bahia, uma Bahia cujos filhos possam desenvolver plenamente as suas capacidades, em vez de sofrerem limitações de toda espécie, como atualmente. Aos trusts internacionais não interessa saber quantos milhões de brasileiros, nesta geração e nas que a sucederem, apenas em Paulo Afonso encontrarão elemento para sair da miséria em que vegetam. Talvez considerem benemerência o terem proporcionado, às custas dêles, uma melhoria de condições aos poucos milhares de operários que empregarem. O que lhes importa é usar em seu proveito as riquezas naturais em poder de povos que não as saibam utilizar.

Compreende-se, embora não se justifique, que assim seja com relação àquelas que eles próprios vão descobrir e desentranhar da terra, embora com isso já não tenham concordado nem o México nem o Irã. Jamais, entretanto, àquelas que libertamos pelo nosso esforço. Assim como entendemos conservar para nós o petróleo que descobrimos e, embora penosamente, vamos industrializando, não se compreende que vamos converter em alumínio, para uso nos mercados internacionais, uma vultosa parcela da limitada energia que estamos a captar em Paulo Afonso e cujo uso é imprescindível às populações que habitam o Leste e o Nordeste do Brasil. Impedi-lo é o dever de quantos detêm a representação do povo dessa região. Mas, para evitar que os golpes se renovem, impõe-se a organização de planos de aproveitamento da energia, de modo a não deixar dúvidas de que, quando nos abalancamos a uma obra dessa magnitude, sabíamos e ainda sabemos, como fazê-la funcionar em nosso proveito”. Não considero necessário reproduzir aqui os argumentos então por mim utilizados e que a opinião pública de todo o País endossou, tanto assim que, procurando pô-la do seu lado, no programa em que baseou a campanha da sua candidatura, o atual Presidente Juscelino Kubitschek cautelosamente limitou-se a sugerir: “Podemos aproveitar parte da energia de Paulo Afonso para a construção de uma usina de alumínio, com capacidade de cerca de 20 mil toneladas, para abastecimento do mercado local “. Na sua mensagem inaugural da legislatura de 1956, reiterou o Sr. Presidente da República esse seu ponto de vista, o que me levou a escrever no relatório do Banco da Bahia sobre o exercício anterior (lê): “Por isso mesmo constitui motivo de tranquilidade para os que defendem os interesses da região por ela servida, o equacionamento, na mensagem Presidencial, do problema da instalação, com a sua energia, de uma usina de alumínio, idéia que já se vinha pretendendo fazer ressurgir com os mesmos aspectos envolven-

tes com que fôra apresentada ao Presidente Getúlio Vargas. Dentro dos limites agora apontados pelo Presidente da República (produção de 20 000 toneladas, para suprir o deficit do consumo interno e não 96 mil t como veiculo de exportação a preço vil de uma energia preciosa), não há como contestar o cabimento da idéia. E não constando a existência de bauxita na região de influência de Usina, devendo ser transportada por mar, a Bahia, com as suas excelentes condições portuárias e disponibilidade de óleo e gás natural para o processo de redução, estará em condições dificilmente superáveis para ser o local mais favorável à instalação dessa indústria”. Eis senão quando, na mensagem deste ano do Sr. Presidente da República, ao Congresso Nacional, o problema foi transportado para a construção de uma usina de alumínio destinado a exportação e, no relatório da CHESF, o assunto voltou a ser tratado, como no caso anterior da Reynolds, em termos da construção de uma usina para produção de alumínio de exportação, utilizando 235 mil kW da energia de Paulo Afonso. Como da vez anterior com o Presidente Getúlio Vargas, procurou-se comprometer com a idéia o Presidente Juscelino Kubitschek, obtendo a sua aprovação para o plano. Não se falou mais, em verdade, na abertura, com uma penada, da barra do São Francisco, da dragagem do rio e da construção de um pôrto com capacidade para movimentar quase um milhão

“ Podemos aproveitar parte da energia de Paulo Afonso para a construção de uma usina de alumínio, com capacidade de cerca de 20 mil toneladas, para abastecimento do mercado local... ”

“ Para fazer baixar a contribuição da energia a 20% do seu custo, as grandes companhias produtoras, nos Estados Unidos e no Canadá, viram-se na contingência, como observou o Presidente da Alcan, de se estabelecerem, cada vez mais, nos confins da civilização... ”

de toneladas; não se acenou mais com a continuidade física da mineração a céu aberto (baseada no pressuposto de que “Deus é brasileiro, extração de alumina da bauxita, redução eletrolítica da alumina em alumínio e transformação do metal em lençóis, perfis e cabos para eletricidade. Deixou-se mesmo entender que a bauxita viria da Jamaica, cuja mineração foi visitada pelo Diretor Comercial da CHESF, infatigável patrono do projeto. Ainda assim conseguiu-se fazer evoluir o pensamento do Sr. Presidente da República daquela posição assumida pelo candidato da construção de uma usina de 20 mil toneladas, com aproveitamento de cerca de 50 mil kW para a instalação de uma fábrica sem limite de produção, “com o aproveitamento da energia produzida pela usina de Paulo Afonso”, cuja limitação ficará ao critério da CHESF e da KAISER ALUMINUM & CHEMICAL CORPORATION. Recomendando às autoridades responsáveis pelo encaminhamento do assunto que lhe dediquem especial atenção, o Sr. Presidente da República expressou que assim o fazia “tendo em vista a importância do alumínio para o desenvolvimento nacional, o que me levou a incluí-la, destacadamente, nas Diretrizes Gerais do Plano de Desenvolvimento” Como vimos an-

teriormente, não foi bem assim. Tanto no seu programa de candidato, como na sua primeira mensagem, S. Exa. encarou a indústria de alumínio em termos de uma expansão moderada das fábricas de Sorocaba e Ouro Preto e da construção de uma usina de porte médio com base em Paulo Afonso, com o objetivo de suprir o consumo interno. A posição em que o coloca o seu despacho é diametralmente oposta, é a de permitir a produção de alumínio para exportação.¹² A CHESF, entretanto, procedeu com cautela. Enquanto mantinha os contatos com a KAYSER, visitando as suas fábricas e minerações e assegurando-lhe, para a hipótese de efetivação do projeto, energia a 10,7 centavos por kW nos bornes da estação geradora, encaminhou o assunto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento, onde foi entregue a um grupo de estudo. Segundo me consta, uma das exigências apresentadas por esse grupo é a de utilização pela KAYSER de bauxita nacional. E como nesse particular se confirmou inteiramente o que afirmei quanto à Reynolds, isto é – que a bauxita de Poços de Caldas não seria economicamente aproveitável e não se conheciam outras jazidas nacionais de importância, a Kayser tem estado com turmas de prospectores na região do Amapá, onde admite a sua existência, pela proximidade de jazidas nas Guianas, no que não tem sido até agora bem sucedida.¹³ Não me parece, entretanto, que o problema se deva resolver em torno da bauxita, mas sim em torno da energia elétrica. Alumínio é, sem nenhuma dúvida, pelos processos atuais de sua produção e pelos custos da energia nas regiões industrializadas ou em via de industrialização, uma condensação da energia elétrica. Para fazer baixar a contribuição da energia a 20% do seu custo, as grandes companhias produto-

ras, nos Estados Unidos e no Canadá, viram-se na contingência, como observou o Presidente da Alcan, de se estabelecerem, cada vez mais, nos confins da civilização, ou, seja, onde não possam sofrer a concorrência de nenhuma outra atividade proposta a produzir utilidades que autorizem o pagamento de energia a preços mais aproximados dos correntes. A usina de Kitimat, quase no círculo polar, é o melhor exemplo dessa necessidade. Conseguem assim energia a dois e meio milésimos de dólar o kW, preço de que necessitam para poderem concorrer nos mercados internacionais. Compreendam bem os senhores. Teoricamente, pode-se obter energia abundante em qualquer lugar, desde que não haja objeção ao seu custo. Praticamente, pode-se obtê-la em lugares favoráveis, a custo razoável, susceptível de ser remunerado pela demanda atual ou potencial (como no caso de Paulo Afonso) para a produção de artigos valorizados. Excepcionalmente pode-se obtê-la a custo (ínfimo, porém em regiões onde nenhuma outra indústria, a não ser a de alumínio, teria interesse em se estabelecer. É o caso de Kitimat. A tendência da indústria de alumínio é, portanto, de se ir deslocando, como o disse, com propriedade, Mr. Du Bose, para esses confins da civilização. Seremos nós, da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba, de Alagoas, de Sergipe, um desses confins da civilização? E se o somos, devemos conformar-nos em continuar a sê-lo? Tomando por base o preço atual do dólar para os produtos industriais de exportação, ou, seja, 67 cruzeiros, os 2 e meio mils americanos representariam 16,75 centavos de cruzeiros por kW. Obtendo-os a 10,7 centavos a Kayser estará realizando sem dúvida um ótimo negócio, ainda mais se, como pretende, esse preço for reajustável na base do custo do dólar para o ser-

¹² Na mensagem de março de 1958, o Presidente Juscelino Kubitschek volta a encarar com prudência o problema da exportação de alumínio, assegurando que “os projetos definitivos” a esse respeito estão condicionados a maior disponibilidade de energia elétrica, de avultada utilização naquela indústria.”

¹³ Circula, em princípio de 1958, que os prospectores da Kayser teriam encontrado bauxita em condições favoráveis em região amazônica que não o Amapá.

“ A excelência do negócio torna-se ainda mais evidente quando se sabe que as indústrias aqui em Salvador estão pagando essa mesma energia a um cruzeiro e setenta centavos o kW... ”

viço das responsabilidades da CHESF no exterior, custo êsse que, como sabem os senhores, é presentemente de 55 cruzeiros, enquanto, por outro lado, a tendência do dólar de exportação, no regime inflacionário em que vivemos, é para alta progressiva. Só na diferença entre os 10,7 centavos que pagará e os 16,75 que poderia pagar, estará ganhando, à razão de 235,00 kW, cerca de 125 milhões de cruzeiros por ano. A excelência do negócio torna-se ainda mais evidente quando se sabe que as indústrias aqui em Salvador estão pagando essa mesma energia a um cruzeiro e setenta centavos o kW, ou, seja, mesmo admitindo as despesas de transporte, porque outras seriam eliminadas se a CHESF resolvesse fornecer-lhes diretamente a energia, como faz nos outros Estados, cerca de 15 vezes mais cara. Admitindo que, na base de 10,7 centavos o kW, a energia venha a representar 20% do alumínio a ser produzido pela Kayser, essa percentagem subirá a 80% se o preço da energia fôr estimado a um cruzeiro e setenta centavos e ainda a 60% se êsse preço fôr reduzido a um terço do atual. Ao vender o seu alumínio no Exterior, o Brasil estará, assim, na realidade, como disse, com tôda a candura, ao Presidente Vargas, o Sr. Louis Reynolds, exportando seu excedente de energia hidráulica, que de outro modo, no seu entender, não seria aproveitada economicamente. O problema, portanto, cinge-se a êsses dois têrmos: temos excedente de

energia em Paulo Afonso? Inexistem outras oportunidades de aproveitá-la economicamente? O meu ponto de vista, afinal vitorioso no caso da Reynolds e que não vejo porque modificar, foi de que, se êsse excedente existe no momento, não é de tal magnitude que nos leve a comprometê-lo em indústrias de menor interêsse, em vez de reservá-lo para atender às necessidades futuras da região. Temos agora, é bem verdade, perspectivas mais seguras da contribuição de Três Marias para a regularização do rio e aumento do potencial de Paulo Afonso. Essa contribuição, entretanto, tal como previ há seis anos, divergindo do otimismo da Direção da CHESF, não se tornará efetiva, na melhor hipótese, senão por volta de 1965. Até lá contaremos apenas com os 540 mil kW do potencial atual de Paulo Afonso, a serem acrescidos com os 120 mil decorrentes da entrada em serviço de Três Marias. Mas, segundo a estimativa do Cel. Berenhauser, no debate que sustentamos sôbre o projeto da Reynolds, por volta de 1970 o Nordeste estará consumindo os 540 mil kW da produção do rio não regularizado. Restar-lhe-á assim apenas a reserva dos 180 mil kW da contribuição de Três Marias, inferior à cota de fornecimento pretendida pela Kayser. Não acho, como disse naquela ocasião, que devemos encarar êsse problema em têrmos de uma vida humana, mas dos destinos de uma região que não tem outras fontes de energia hidrelétrica e cujas possibilidades de sua utilização econômica, sobretudo se reduzidas as tarifas e facilitada a distribuição, crescem dia a dia, ao contrário do que imaginava Mr. Reynolds¹⁴. É bem verdade que existem as possibilidades, não devidamente estudadas, da cachoeira de Itaparica e do canion a jusante de Paulo Afonso. Pois que a Kayser as aproveite, nas condições atuais do custo do aproveitamento, sem esbulhar os consumidores da região das vantagens do custo his-

tórico de Paulo Afonso, para as quais não contribuiu, enquanto se beneficiará com o valor crescente do dólar de exportação. Mal não haverá, mesmo, em que, durante o prazo de realização das obras dêsse aproveitamento, Paulo Afonso lhe antecipe, por conta das suas disponibilidades, as cotas de energia de que fôr necessitando. O que não posso conceber é, como disse no caso da Reynolds, que se admita a pretensão, de quem quer que seja, de atravessar-se, como pára-queda, na utilização de uma energia para cuja captação não contribuiu e que tem um destino estabelecido, e que destino! – o de elevar o padrão de vida de 12 milhões de sêres humanos e fortalecer os laços federativos da União!

REVISTA DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

RDE

Leia todos
os números da
RDE acessando
o site:

www.ppdru.unifacs.br

Arquivos prontos
para download.

¹⁴ “Segundo informa a mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek de março de 1958 o faturamento de energia pela CHESF excedeu em 1957 o de 1956 em 34%.”

**MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E
URBANO**



www.unifacs.br
maregional@unifacs.br
Tel.: (71) 3273-8528

**MESTRADO
RECOMENDADO
PELA CAPES**

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

1. Desenvolvimento Regional
2. Desenvolvimento Urbano
3. Turismo e Meio Ambiente

OBJETIVOS

1. Adequar a formação dos profissionais à demanda de um mercado de trabalho em que é mais intensa a renovação do conhecimento científico e tecnológico.
2. Desenvolver a capacidade do profissional para apropriar-se de novos conhecimentos.
3. Desenvolver a capacidade destes profissionais para contribuir em uma solução de problemas sócio-econômicos organizacionais locais, regionais e nacionais.
4. Formar e atualizar professores, capacitando-os para o desempenho qualificado do ensino de graduação e pós-graduação.
5. Formar uma massa crítica capaz de desenvolver trabalhos científicos que contribuam para o desenvolvimento local, regional e nacional.
6. Desenvolver a integração Universidade/Empresa incentivando a realização da pesquisa aplicada.
7. Promover o aprimoramento do processo ensino/aprendizagem através do incentivo à realização de pesquisas institucionais e o aperfeiçoamento do ensino de graduação.